



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA  
AFRO-BRASILEIRA  
DIREÇÃO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTANCIA  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO  
PÚBLICA**

ANTONIO JOSÉ MONTEIRO DA SILVA  
ELTON SARAIVA DANTAS  
JOEL DE MENEZES BORGES

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE EM FOCO: A GESTÃO  
OPERACIONAL DO PROJovem URBANO CEARÁ, NO ÂMBITO DA  
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de  
Especialização em Gestão Pública  
da Universidade da Integração  
Internacional da Lusofonia Afro-  
Brasileira como parte dos requisitos  
para a obtenção do título de  
Especialista.

Piquet Carneiro

2014

**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira**

**Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da UNILAB (DSIBIUNI)**

**Biblioteca Setorial Campus Liberdade**

**Catálogo na fonte**

**Bibliotecário: Francisco das Chagas M. de Queiroz – CRB-3 / 1170**

---

Silva, Antônio José Monteiro da.

S578p

Políticas públicas de juventude em foco: a gestão operacional do ProJovem Urbano Ceará, no âmbito da qualificação profissional. / Antônio José Monteiro da Silva; Elton Saraiva Dantas; Joel de Menezes Borges. Redenção, 2014.

74 f.; 30 cm.

Monografia apresentada ao curso de Especialização em Gestão Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Subuhana.

Inclui quadros, Referências.

1. Educação 2. Administração pública. 3. Inclusão social 4. Juventude. I. Título. II. Dantas, Elton Saraiva. III. Borges, Joel de Menezes.

CDD 370

---

## Dedicatória

Dedicamos este trabalho ao Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT), que oportunizou a apropriação do pleno conhecimento ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM URBANO) no Estado do Ceará.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente queremos agradecer a Deus que consentiu que tudo isso acontecesse, ao longo das nossas vidas, e não somente nestes anos como universitários, mas que em todos os momentos é o maior mestre e inspiração que alguém pode conhecer e sentir.

A UNILAB pelo seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a realização deste curso, ampliando um horizonte superior antes vislumbrando, creditado pela polida confiança no mérito e ética aqui presentes.

Ao Prof. Carlos Suburana pela oportunidade e apoio na elaboração deste trabalho.

As nossas famílias que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços e motivação para que chegássemos até esta etapa de nossas vidas.

Nossos agradecimentos aos amigos, companheiros de trabalhos e irmãos na amizade que fizeram parte da nossa formação e que certamente irão continuar presentes em nossas vidas.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte do nosso desenvolvimento acadêmico, o nosso melhor muito obrigado.

## RESUMO

Analisar e refletir o processo de educação, tendo como ponto de partida, as políticas públicas de inclusão, levando em consideração as características sócio-culturais utilizadas como instrumento do processo ensino-aprendizagem é o foco de abordagem deste trabalho. O objeto de estudo e reflexão deste estudo foi o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM URBANO, uma política pública de juventude e de educação, que tem o intuito de contribuir para que os jovens reflitam sobre a sua comunidade e proponham intervenções que visam provocar transformações na realidade local. Nesse sentido, o estudo visa mostrar o desenvolvimento das políticas públicas no Brasil, tendo como referência a gestão operacional do Projovem Urbano no estado do Ceará, abordando a proposta de integração interdimensional e interdisciplinar do currículo, com enfoque na qualificação profissional dos alunos participantes, professores e comunidade escolar, conduzindo o processo reflexivo das atividades e certificando se os caminhos percorridos levaram os envolvidos aos espaços de inclusão e participação no mundo do trabalho, sobretudo, ao exercício pleno da cidadania.

**Palavras-chave:** Juventudes, Políticas Públicas, Projovem Urbano, Qualificação Profissional.

## **ABSTRACT**

Analyze and reflect the education process, having as a starting point, the public policies of inclusion, taking into consideration the socio-cultural characteristics used as an instrument of teaching-learning process is the focus of this approach work. The object of study and reflection of this study was the National Youth inclusion Programme – PROJOVEM URBANO, a public policy of youth and education, which aims to help young people reflect on their community and propose interventions that aim to provoke transformations in local reality. In this sense, the study aims to show the development of public policies in Brazil, having as reference the operational management of the Projovem Urbano in the State of Ceará, addressing the proposal of interdimensional and interdisciplinary integration of the curriculum, with a focus on professional training of the participating students, teachers and school community, leading the reflective process activities and making sure if the paths traversed led those involved to the spaces of participation and inclusion in the world of work in particular, the full exercise of citizenship.

**Keywords** : Youth, Public Policy, Urban Professional Qualification Projovem.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: Espaços de organização e busca dos direitos .....	14
Quadro 2: Operários (1933), de Tarsila de Amaral.....	16
Quadro 3: Promulgada a Constituição Federal em 5 de outubro de 1988..	17
Quadro 4: Caracterização da juventude atendida pelo Projovem Urbano..	24
Quadro 5: Estrutura do Projovem Urbano nos estados .....	31
Quadro 6: Imagem dos estudantes na oficina de aplicação dos questionário.....	54
Quadro 7: Imagem dos estudantes na oficina de aplicação dos questionário.....	55

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Perfil dos jovens ao gênero .....	59
Gráfico 2: Faixa etária de idade .....	60
Gráfico 3: Escolaridade de antes de aderir ao programa .....	60
Gráfico 4: Motivos para participar do Projovem Urbano .....	61
Gráfico 5: Entendimento sobre a dimensão da qualificação profissional ..	62
Gráfico 6: Dimensão de qualificação profissional que o aluno mais se identifica.....	63
Gráfico 7: O Arco Ocupacional (AO) que possui maior relação como aluno . .....	64
Gráfico 8: Aspecto de maior relevância sobre o material didático do arco ocupacional .....	65
Gráfico 9: Ponto de maior relevância do desenvolvimento do Projeto de Orientação Profissional (POP) .....	66
Gráfico 10: Aspectos mais relevantes no desenvolvimento da Qualificação Profissional (QP) .....	67



## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Carga horária das três dimensões curriculares .....	33
Tabela 2: Matriz Curricular do Projovem Urbano .....	33
Tabela 3: Carga horária da formação de educadores .....	37

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

ANTONIO JOSÉ MONTEIRO DA SILVA

ELTON SARAIVA DANTAS

JOEL DE MENEZES BORGES

### **POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE EM FOCO: A GESTÃO OPERACIONAL DO PROJOVEM URBANO CEARÁ, NO ÂMBITO DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL**

Esta monografia foi aprovada pela Banca Examinadora composta pelos docentes abaixo como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Pública

Data da Aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nota Obtida: \_\_\_\_\_

#### **BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Carlos Subuhana  
(Orientador)

---

Professor Dr. Carlos Mendes Tavares  
(Examinador)

---

Professora Dra. Izabel Cristina dos Santos Teixeira  
(Coordenadora)

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2</b>	<b>POLÍTICAS SOCIAIS PARA A JUVENTUDE NO BRASIL</b> .....	13
2.1	CIDADANIA, ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS ....	15
2.1.1	<b>As Políticas Públicas de Juventude na Contemporaneidade</b> .....	19
2.1.2	<b>A Qualificação Profissional no âmbito das políticas para a juventude</b> .....	21
<b>3</b>	<b>PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS (PROJOVEM URBANO): DA IMPLEMENTAÇÃO A GESTÃO OPERACIONAL</b> .....	23
3.1	HISTÓRICO DO PROJOVEM URBANO CEARÁ .....	25
3.2	O PROJOVEM URBANO E A GESTÃO DAS REDES SOCIAIS .....	28
3.3	PROJETO PEDAGÓGICO INTEGRADO (PPI) E O CURRÍCULO INTEGRADO DO PROJOVEM URBANO .....	32
3.4	FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES .....	35
3.4.1	<b>Abordagem reflexiva na formação do educador de Qualificação Profissional</b> .....	38
<b>4</b>	<b>A DIMENSÃO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COM FOCO NO DESENVOLVIMENTO DO ARCO OCUPACIONAL</b> .....	40
4.1	A FORMAÇÃO TÉCNICA GERAL NO CURRÍCULO INTEGRADO...41	
4.2	A FORMAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA E O DESENVOLVIMENTO DO ARCO OCUPACIONAL.....	43
4.3	O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL(POP) NAS UNIDADES FORMATIVAS.....	47
<b>5</b>	<b>METODOLOGIA DA PESQUISA</b> .....	50
5.1	ETAPAS DA PESQUISA.....	50
5.2	DELINEANDO A PESQUISA .....	52
5.3	SELEÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA .....	53

5.4 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA .....	55
5.4.1 Quanto aos procedimentos técnicos.....	55
5.4.2 Quanto aos seus objetivos .....	56
5.4.3 Quanto à abordagem do problema .....	57
5.5 INSTRUMENTOS DE COLETAS DE DADOS .....	58
<b>6 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>58</b>
<b>7 CONCLUSÃO .....</b>	<b>68</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>69</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Falar em juventude atualmente é colocar em pauta a esperança de mudanças significativas no cenário político e social no Brasil. A inserção do tema juventude na agenda das políticas sociais é o cerne da questão que exige dos jovens brasileiros uma antecipação social através da sua existência, participação e que faça a diferença nos espaços de debate, discussão e encaminhamentos dos desejos e anseios da população jovem no Brasil.

A partir da organização dos movimentos sociais brasileiros e das articulações realizadas ao longo dos últimos anos, as ações governamentais passaram a ganhar forma de políticas públicas estruturantes e afirmativas, desencadeando um processo de implementação de programas e projetos de inclusão e intervenção social, sobretudo para a juventude brasileira. Apresenta-se neste cenário como uma política efetiva e significativa para o segmento juvenil e com foco na educação integral, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM URBANO), com diretrizes voltadas para contextualizar e interdimensionar a formação básica, a qualificação profissional e a participação cidadã. Tal componente curricular, participação cidadã, com foco na ação comunitária dos alunos passará a absolver as questões como desafios, aprofundando os saberes historicamente adquiridos, ao tempo em que provocam transformações na realidade na sala de aula e na comunidade que faz parte.

Para Derivaldo Santos (2008), “a análise sobre as propostas de formação profissional para a juventude, suscita antes o oportuno destaque sobre o fato das funções da educação para os jovens trabalhadores consistir em ajudá-los a refletir sobre sua condição de trabalhador e como os conhecimentos estudados terão aplicabilidade em suas realidades de vida, auxiliando-os a retomar/assumir os seus lugares na sociedade, viabilizando o exercício do direito ao desenvolvimento pleno de seu potencial artístico, físico e intelectual”.

Assim, o estudo pretende explorar o processo de formação cidadã das juventudes inseridas no percurso formativo do Projovem Urbano, delineando os aspectos culturais, sociais, profissionais, comunicativos e de intervenção na comunidade local, possibilitando, maior integração e envolvimento interpessoal, com o ambiente e os segmentos políticos e operacionais da política pública de juventude no município de Quixeramobim.

## **2 POLÍTICAS SOCIAIS PARA A JUVENTUDE NO BRASIL**

Durante a Conferência Nacional da Juventude realizada em 2008 em Brasília, foi lançado e publicado o texto Juventude e políticas sociais no Brasil, que revela por algumas áreas, das concepções mais recentes sobre juventude – que respeitam a noção do jovem como sujeito de direitos e que atentam para as especificidades desta fase da vida e dos grupos que a experimentam, enquanto em outras prevalece à compreensão tutorial e controladora que caracteriza as ações mais tradicionais e institucionalmente estruturadas. E todas lidam com o mesmo jovem, que se vê submetido a formas muito distintas de tratamento (IPEA, 2009. pág. 9 e 10).

São muitas as ações e instrumentos para levar a cabo uma política de promoção dos direitos da juventude, porém, funcionam de forma bilateral, cada uma busca inserir e envolver a partir dos seus conceitos e premissas. Certamente todas são interventoras para incluir os jovens nos espaços de cunho social.

No geral, a lógica da atuação segue extremamente setorializada: cada órgão busca tratar, de acordo com os seus marcos teóricos e seu instrumental de ação, das questões que consegue identificar. Ainda resta por ser construída uma estratégia multisetorial de atuação que articule horizontalmente as iniciativas de órgãos diversos com um propósito comum, ampliando as possibilidades de êxito em seus empreendimentos”. (IPEA, 2009. pág. 10).

Considerando que são muitos os equipamentos e instrumentos que operacionam as políticas sociais para a juventude, considerando que estas

políticas se complementam na sua totalidade por atuarem em vários campos, tais como, na área do trabalho, na área da assistência social, sobretudo na área da educação, é preciso e necessário construir um novo repertório que contemple a integração das políticas de juventude, educacionais e de afirmação da identidade juvenil.

...O jovem brasileiro hoje precisa, sim, de uma escola que estimule o desenvolvimento de suas habilidades, de modo a permitir sua inserção autônoma e com segurança nos vários espaços da vida social – o trabalho, a vida comunitária, a cena política, a cidadania. Não basta romper o círculo vicioso entre inserções precárias, abandono da escola e desalento, que marcam a trajetória de parte significativa deste segmento no mundo do trabalho; é necessário também promover condições que respeitem as especificidades do trabalho juvenil, compatíveis com as outras dimensões relevantes desta e para esta etapa de vida, com suas respectivas peculiaridades. (IPEA, 2009. Pág. 10).

A educação escolar tornou-se explicitamente um direito social quando a Constituição Federal (CF) de 1988 a declarou como tal em seu art. 6º, “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição”.

Quadro 1: Espaços de organização e busca dos direitos



. Fonte: MEC/SECADI, 2010.

Estes direitos ficam mais claros e declaradamente garantidos, quando coloca-se um capítulo próprio na lei maior para expressar um sentimento e um princípio de estruturação da educação. Trata-se do art. 205 da CF.

A educação, direitos de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

## 2.1 CIDADANIA, ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

Ser cidadão ou cidadã é poder romper as barreiras da ignorância moral, espiritual e intelectual. É ter a capacidade de pensar e refletir a vida política, econômica, cultural e social em que vive, local e globalmente. Ser capaz de adquirir, e ter sempre presente em si, uma consciência histórica, democrática e internacional, cuja plataforma seja o direito de igualdade de oportunidade, a tolerância, a solidariedade, o respeito, a paz e a justiça. (SOUZA, 2004).

No Brasil, ao longo de muitos anos, desde a transição da história republicana, o exercício de cidadania enfrentou muitas inquietações e limitações. Desde o coronelismo, quando as mulheres eram excluídas do processo político, assim como a situação de ignorância a qual era submetida a grande massa de trabalhadores do país. Passando pela Era Vargas, que significa perceber a formação do “Estado de compromisso” no Brasil, apoiado no industrialismo, no nacionalismo e no trabalhismo. Porém, a intenção era atender os interesses das novas elites urbanas, preservar certos privilégios dos latifundiários e garantir o apoio da classe operária. Logo veio a surgir a República Populista, que foi caracterizada pela reorganização do estado de direito, onde algumas leis passaram a ser respeitadas e garantidas à sociedade. Ao mesmo tempo, isso originou uma polarização política, não ideológica, entre grupos que defendiam seus ideais. Um dos momentos históricos que mais evidenciou a violação dos direitos a cidadania, foi o período da Ditadura militar que, de certa forma, eliminou a cidadania do povo brasileiro. O governo militar implantou um processo de eliminação e repressão, onde líderes políticos e sindicais foram cassados, presos e exilados, a imprensa foi censurada e as principais diretrizes do



governo foram impostas pelos atos institucionais. Este período de transição para a democracia trouxe também um processo de fortalecimento das práticas de cidadania.

O quadro a seguir representa um dos movimentos de organização dos trabalhadores operários com o intuito de garantir direitos de cidadania.

Quadro 2: Operários (1933), de Tarsila de Amaral



Fonte: MEC/SECADI, 2010.

Para GALLO (1997), “cidadania, é sinônimo de política no sentido grego, assim como cidadão e política são a mesma coisa”. De acordo com os juristas, cidadão é a expressão que

identifica a qualidade da pessoa que, estando na posse de plena capacidade civil, também se encontra investida do uso e gozo de seus direitos políticos que indicam, portanto, o gozo dessa cidadania (MESQUITA JUNIOR, 2005).

No Brasil, esses direitos estão inerentes na Constituição Federal de 1988:

Titulo I – Dos princípios fundamentais. Art. 1º - A República Federativa do Brasil, formada pela União indissolúvel dos Estados e

Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:

I – a soberania

II – a CIDADANIA

III – A dignidade a pessoa humana

V – os valores do trabalho e da livre iniciativa

VI – pluralismo político.

Quadro 3: Promulgada a Constituição Federal em 5 de outubro de 1988



Fonte: disponível no sitio de pesquisa google

Atualmente, tem a maior demonstração de estado de direito, garantido pela constituição democrática, votar em eleições, e, sobretudo, o acesso a participação em atividades políticas ou públicas, seja na esfera municipal, estadual, ou federal. Além disso, muitas são as vivências de um ato cidadão em que a sociedade passou a obter numa busca contínua e processual, cuja participação aconteceu de diversas maneiras, incluindo atividades relacionadas à divulgação de informações e expressão de opiniões;

manifestações públicas, como atos públicos, passeatas e colaboração com problemas comunitários, como falta de moradia e saneamento básico, precarização na saúde pública, falha no processo educacional e outros.

A organização da sociedade civil tem contribuído significativamente para o fortalecimento das práticas de cidadania. A participação freqüente e efetiva da sociedade, reivindicando junto às instituições públicas respeito à lei, maior garantia dos direitos civis, políticos e sociais, sobretudo abertura para a população participar ativamente na construção e implementação das políticas públicas.

[...] a participação social não é apenas o direito à representatividade e à liberdade de comunicação, mas ainda de contribuir para a formulação da política social e assumir parcelas de responsabilidades na implantação desta política. [...] Acreditamos que a aplicação dessa ideologia da participação deva começar em cada lar e desenvolver-se em cada condomínio, escola, igreja, clube, sindicato ou partido político (BRAVO, 1983, pág. 66).

Segundo Lindblom (1981), “o único critério para uma boa política pública é o do consenso possível em torno de uma solução, e isso é mais facilmente obtido quando se abordam questões pontuais. Pelo seu amplo escopo e complexidade, a análise macroeconômica dificilmente é capaz de produzir consensos”.

De acordo com Lindblom (1981), o consenso “propõe trabalharmos com a análise de políticas específicas, buscando soluções setoriais dos problemas. Em resumo, ele propõe a redução e a limitação do foco das análises, de maneira a identificar problemas específicos e pontuais”.

A partir desta análise, aumenta-se a legitimidade das instituições e políticas públicas, tornando-as, não só democráticas, mas também capazes de solucionar os problemas que afetam a qualidade de vida da população, transformando em desafios que possibilitam o desenvolvimento da sociedade.

### **2.1.1 As Políticas Públicas de Juventude na Contemporaneidade**

Falar em políticas públicas significa envolver diversos conceitos e idéias de política pública no Brasil. Uma coisa é certa, a convicção de que pela própria expressão, entende-se que é um direito de todos e um dever do estado.

Para a professora Isabel Cristina Moura Carvalho - Psicóloga e doutora em educação - Professora da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) em Canoas no Rio Grande do Sul, “Políticas Públicas são aquelas ações continuadas no tempo, financiadas principalmente com recursos públicos, voltadas para o atendimento das necessidades coletivas. Resultam de diferentes formas de articulação entre Estado e Sociedade. A tomada de decisão quanto à direção da ação de desenvolvimento, sua estruturação em programas e procedimentos específicos (fundos de apoio, serviços, pesquisa, etc.), bem como a dotação de recursos é sancionada, na maioria das vezes, por intermédio de atores governamentais. A política pública pretende universalizar o acesso a direitos sociais, como é o caso da educação. Envolve um conjunto de ações diversificadas e continuadas no tempo, voltadas para manter e regular a oferta de um determinado bem ou serviço, envolvendo, entre estas ações, projetos sociais específicos”.

Política pública é a forma efetiva de intervir na realidade social. Ela é o principal instrumento utilizado para coordenar programas e ações públicas, objetivando universalizar o acesso a direitos sociais, como é o caso da educação.

[...] as políticas públicas, inclusive as educacionais, são fruto de uma multiplicidade de forças sociais que, de forma variada, explicitam seus interesses, um arco que envolve projetos dos grupos no poder (caso em que podem se transformar em políticas de governo), compromissos e acordos internacionais subscritos por governos anteriores, consensos estabelecidos com base no debate educacional (que podem se transformar em políticas de Estado), passando pela capacidade de pressão de diferentes setores sociais organizados, portadores de expectativas específicas, como também da percepção política e do grau de interferência da própria tecnoburocracia. (OLIVEIRA, 2006, p. 7, apud Carvalho, 2008).

Segundo Costazin (2009), “a juventude brasileira é caracterizada por uma diversidade de raças, classes sociais, níveis de escolaridade, estratégias de inserção no mercado de trabalho, acesso à saúde, à habitação, à cultura e à tecnologia, num universo de 34,7 milhões de jovens de 15 a 24 anos de idade, independentemente da região que habitam e, ao mesmo tempo, quando há comparações regionais. Todavia, importa destacar que esse contingente se amplia para 50,5 milhões de jovens se considerarmos a faixa etária de 15 a 29 anos, conforme a nova política nacional de juventude”.

Em se tratando de aspectos educacionais, Costanzi (2009, p. 27) apresenta um cenário desafiador para o Brasil quando destaca que:

A situação educacional dos jovens brasileiros é um misto de avanços, problemas, desigualdades e desafios. Os avanços se referem o fato de que os jovens atualmente passam mais tempo na escola e têm maior escolaridade que os adultos. Contudo, há desigualdades expressivas no acesso à educação (por faixa de renda, raça/cor, rural e urbano, e por região do país), e problemas com a qualidade do sistema educacional.

Historicamente esta juventude viveu a margem de políticas de inclusão e de convivência com a vulnerabilidade social. De acordo com o IBGE, 51 milhões de brasileiros encontram-se na faixa etária de 21 a 29 anos. É um contingente que detém a principal força produtiva nacional. No entanto precisa-se focar no potencial econômico, mas principalmente, no seu bem-estar social e emocional. As ações governamentais precisam revelar políticas que visem ao cidadão integral.

Na última década muitas foram às ações implementadas para acolher e beneficiar as juventudes do Brasil, compreendendo este segmento como sujeitos portadores de direitos, com características distintas e personalidades com diversos aspectos sócio-culturais e territoriais. A partir da implantação dessas e de uma política nacional de juventude, foi criada em 2005 a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), transformada na Lei 11.129 de 30 de junho de 2005, ao tempo em que foi criado o Conselho Nacional de Juventude (CONJUV), e vem com atribuições de formular e propor diretrizes da ação governamental voltada à promoção de políticas

públicas para a juventude, fomentar estudos e pesquisas acerca da realidade sócio-econômica juvenil e fazer o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais. A SNJ foi criada com a missão de articular as políticas e ações existentes, a implantação do Conselho Nacional de Juventude e o desenvolvimento do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem).

### **2.1.2 A Qualificação Profissional no âmbito das políticas para a juventude**

Nos últimos anos a educação brasileira passou por diversas mudanças estruturantes tendo como prioridade a implementação no currículo de um processo de qualificação social e profissional que atendesse a uma demanda da juventude que comprovadamente estava numa linha de vulnerabilidade social e econômica.

O Projeto de Lei nº 8.035/2010, sobre o Plano Nacional de educação (PNE) para o decênio 2011-2020, prevê como meta 10 “oferecer, no mínimo, vinte e cinco por cento das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.” Prevê também como meta 11, “duplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta.” (ANPED, 2011).

Ao longo da década de 2000, as políticas educacionais brasileiras foram colocadas em pauta na agenda de educadores, gestores e movimentos sociais, com o intuito de debater e construir apontamentos que levassem a promoção da escolarização e da qualificação dos jovens e adultos. Esta iniciativa tem sido relacionada diretamente com o contexto histórico do desenvolvimento econômico, isto é, quando o mundo do trabalho passa a exigir mão-de-obra qualificada para assumir e alavancar a produção em massa da indústria, do comércio e dos serviços.

Todo esse processo de qualificação social e profissional do trabalhador brasileiro iniciou na década de 1930, a partir da revolução industrial que trouxe para dentro das empresas/indústrias os projetos de educação para a alfabetização e escolarização dos trabalhadores. Ao longo dos anos, o governo e o setor privado pensaram instrumentos de legalização dos processos formativos, criando em 1942, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e em 1946, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), com uma proposta de um ensino prático e objetivo para qualificação de mão-de-obra específica para os setores de trabalho.

Foi realizado um estudo sobre a integração da educação profissional com a educação básica, e para Lima Filho (2010, p. 111),

as políticas públicas referentes à educação e formação profissional no Brasil têm assumido, nos últimos anos, amplos contornos em níveis e modalidades de ofertas que vão desde a formação profissional sem vínculo com elevação de escolaridade, a programas, cursos e modalidade de escolarização e formação profissional que, mediante diferentes formas de articulação (sequencial, concomitante ou integrada) abrangem a educação fundamental, o ensino médio técnico e a graduação e pós-graduação acadêmica e tecnológica.

Depois da década de 50, período em que se expandiram as políticas públicas de educação profissional, desperta para os movimentos culturais, políticos e sociais, a intenção de integrar esta formação a educação escolar. Dessa forma, insere-se no universo das camadas sociais que mais precisam desse conjunto de ações voltadas para a formação e qualificação para o trabalho, a população de jovens e adultos que pertencem às classes sociais que vivem em situações de vulnerabilidade extrema.

Quando essa tentativa de agrupamento de políticas educacionais ocorre, muitas são as mudanças no mundo da globalização, especialmente no campo econômico, tendo como instrumento norteador o capitalismo. Assim, duas políticas de reestruturação essencial estão em foco: o trabalho e a educação.

Assim, as reformas educacionais implementadas no Brasil nos 1990 em diante, integram, mas resguardam as especificidades locais e o novo contexto das grandes transformações do capitalismo em

âmbito mundial: globalização econômica, reestruturação produtiva, avanços tecnológicos e as formas de organização e gestão do trabalho que expressam, enfim, um novo paradigma político a orientar a produção e os seus problemas. (MORAES, 2006, apud MACAMBIRA, 2013, pág. 265).

Dessa forma, os desafios frente aos processos de educação e trabalho estão sujeitos a passar por situações transformadoras, que resultem em reformas educacionais e trabalhistas, tendo como principais beneficiados as juventudes estudantis e trabalhadoras do nosso Brasil.

### **3 PROJovem URBANO: DA IMPLEMENTAÇÃO A GESTÃO OPERACIONAL**

O Projovem surgiu de uma necessidade do estado brasileiro implementar uma política de juventude e educacional que tivesse um caráter de inclusão daqueles jovens que estivessem numa situação de vulnerabilidade social, compreendendo a exclusão provocada pela limitação do nosso sistema de ensino, a carência de qualificação profissional, da qual a maioria do segmento juvenil está excluída e a crise da vida em comunidade que aflige a juventude brasileira.

Esta foi à alternativa pontual que o Governo Federal, com o perfil interdisciplinar, propôs uma nova política nacional de juventude. Através da gerência do Comitê Gestor, o programa é executado nacionalmente pelo Ministério da Educação (MEC), contando com a participação da Secretaria Geral da Presidência da República, do Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome (MDS) e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Dessa forma, a gestão torna-se compartilhada e interdisciplinar.

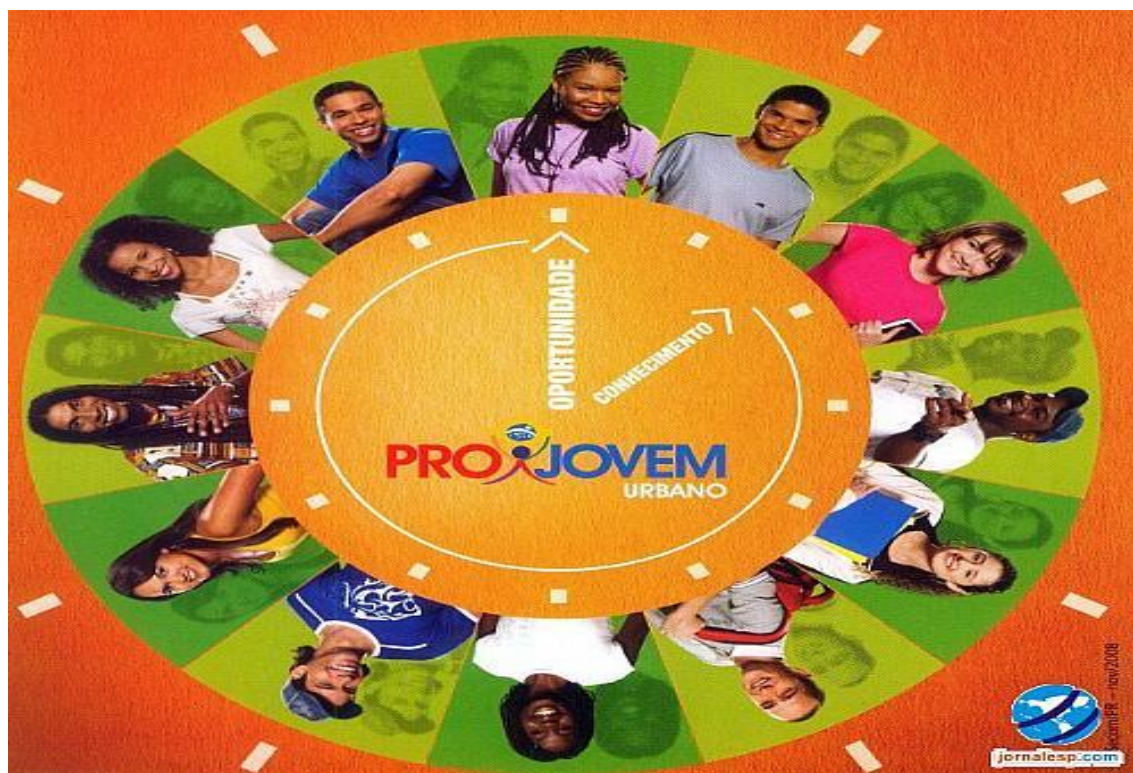
No estado do Ceará, a organização foi reproduzida, tendo na gestão compartilhada, o Gabinete do Governador (GABGOV), a Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC) e o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT), órgão executor do programa, através da Coordenação Estadual e Direções de Polo. Além disso, uma premissa para execução



exitosa se dá pela formação das redes de parceria formadas com as prefeituras municipais, as secretarias ligadas a educação, a juventude, a ação social e ao trabalho em cada município, as instituições de ensino superior, as entidades do terceiro setor e da iniciativa privada.

A Lei nº 11.692/2008 estabelece, em seu artigo 12: “O Projovem Urbano atenderá a jovens de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, que saibam ler e escrever e não tenham concluído o Ensino Fundamental”. O jovem atendido no programa tem o perfil de estudante predominantemente feminino, de cor/raça parda/negra, caracterizado por uma trajetória escolar acidentada, com baixa renda familiar e/ou individual, baixo poder aquisitivo e com oportunidades precárias de inserção no mercado de trabalho e de participação em redes e associações da sociedade.

Quadro 4: Caracterização da juventude atendida pelo Projovem Urbano



Fonte: Sítio do Ministério da Educação (MEC)

### 3.1 HISTÓRICO DO PROJovem URBANO CEARÁ

Com o intuito de investir em ações direcionadas aos jovens brasileiros, a partir da criação de condições para que o ciclo da reprodução das desigualdades fosse extinto e a juventude passasse a tornar-se esperança da sociedade, em 2005, o Governo Federal lançou a Política Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República, que compreendeu a criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), do Conselho Nacional de Juventude e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – Projovem.

De acordo com o Dr. Carlos Roberto Jamil Cury – Doutor em Educação pela PUC de São Paulo, professor adjunto da PUC de Minas e membro do conselho Técnico Científico da Educação Básica da CAPES e do Conselho nacional de Iniciação Científica (CONAIC) do CNPQ,

a educação escolar, durante quase quatro séculos, não foi uma prioridade nem para as autoridades, nem para os segmentos significativos da sociedade. O ‘empurra-empurra’ entre o poder central do Império e as Províncias, a descentralização sem recursos, a escravatura que proibia a entrada de negros em escolas, a situação marginalizada da infância geraram uma herança até hoje pesada e não superada, sobretudo em matéria de discriminação étnica e de desqualificação da cultura letrada.

Dentro desta ampla dimensão a gestão do Programa coube inteiramente à Secretaria Geral da Presidência da República/Secretaria Nacional de Juventude, em uma gestão compartilhada com os Ministérios da Educação, de Desenvolvimento Social e o Ministério do Trabalho e Emprego.

Após dois anos, em 2007, o Programa tornou-se referência em suas ações, o que por sua vez motivou a integração de outras ações voltadas para juventude, que se desenvolviam nos ministérios citados. Criou-se então o Projovem Integrado, e dentro deste núcleo central quatro modalidades: o Projovem Adolescente, Projovem Campo, Projovem Trabalhador e o Projovem Urbano, este resultante do Projovem original.

Além de manter configurado o mesmo Projeto Pedagógico Integrado (PPI) que representa um novo paradigma de educação, direcionando a conclusão do Ensino Fundamental, a Qualificação Profissional Inicial e a experiência de Participação Cidadã, o Projovem Urbano reafirmou as seguintes

características do Programa original: (i) a proposta inovadora de gestão intersetorial, compartilhada; (ii) a estratégia desafiadora de implantação em regime de cooperação com o Distrito Federal e com os estados e municípios envolvidos;(iii) a inédita combinação do caráter emergencial – pois os jovens em situação de exclusão social e educacional necessita urgentemente de uma nova condição para reconstruir suas trajetórias de vida, a partir de novas estratégias de ensino e aprendizagem, capazes de levar em conta as vivências e os sonhos dos jovens que pelos mais variados motivos ceifaram precocemente seu percurso escolar; (iv) os materiais pedagógicos inovadores especialmente produzidos para atender a essas características do Programa e de seu público-alvo, através de guias, manuais, vídeos e outros, destinados a estudantes, educadores, gestores e instituições de formação de educadores; (v) a organização bem-sucedida do trabalho dos educadores considerando as funções de professor especialista (PE), que atua na perspectiva de cada componente curricular, e de professor orientador (PO), que trabalha com as atividades de integração do currículo e que, no caso da dimensão de Formação Básica, torna-se responsável também pela orientação pedagógica de uma das cinco turmas do Núcleo.

É na sala de aula que as propostas pedagógicas se concretizam ou não... É nela que se constrói o currículo real, e cabe aos educadores definir estratégias de atuação com vistas a integrar as três dimensões do currículo, de acordo com os fundamentos e diretrizes do Programa. (MEOG, 2012. Pág. 12).

Não diferente de outras políticas, em sua implementação o programa enfrentou dificuldades, estas do ponto de vista tanto das gestões nas secretarias, instâncias de execução locais, quanto propriamente dos alunos que ainda na fase inicial das atividades desistem alegando questões pessoais geralmente ligadas a mudanças de endereço ou ao surgimento de oportunidades de trabalho, e conseqüente dificuldade operacional de alcançar as metas quantitativas desejadas.

Contudo, o balanço é inteiramente positivo: a despeito dos desafios enfrentados na implementação e na gestão, o Projovem Urbano é uma experiência exitosa que deve ser ampliada em suas fortalezas e aperfeiçoada em suas estratégias de superação de dificuldades. Com esse objetivo, ultrapassando sua fase de Programa emergencial e reafirmando sua condição

de política pública, em 2012, o Projovem Urbano foi vinculado à estrutura do sistema educacional brasileiro. A decisão do Governo Federal tomada em conjunto com a Secretaria Geral da Presidência, a Secretaria Nacional de Juventude e o Ministério da Educação de promover essa transferência objetivou garantir a atualização, o aperfeiçoamento e a expansão do Programa.

Em âmbito nacional, o programa passou a contar com um comitê gestor composto por representantes da SECADI/MEC, da SNJ e do Conselho Nacional da Juventude. O comitê gestor local, em âmbitos estadual, municipal ou distrital, passou a envolver as secretarias estaduais, municipais ou distrital de educação, o Conselho de Juventude, quando da existência na localidade, e os órgãos ou organismos locais de política de juventude. Nos estados e no Distrito Federal, o programa inseriu-se também na Agenda de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e a EJA.

A cooperação entre a SECADI/MEC e a SNJ consolidou o Projovem Urbano como meio de assegurar aos jovens das cidades o acesso ao direito universal à Educação e também reforçará seu caráter de instrumento fundamental de consolidação da Política Nacional de Juventude. À SNJ coube coordenar a avaliação externa do Programa, identificando seus efeitos na vida dos jovens. Além disso, ficou incorporada, nas atividades de formação de gestores, formadores e educadores, de contribuições direcionadas para a compreensão das características da juventude de hoje.

Nesse novo ciclo do Projovem Urbano, reafirma-se o jovem como sujeito de direitos, valorizando suas expressões culturais, seus saberes, suas emoções, sensibilidades, sociabilidades, ações éticas e estéticas. Assumindo a perspectiva geracional, o Programa pressupõe um diálogo produtor de escutas e aprendizados mútuos e espera contar com as contribuições das organizações juvenis, das universidades, de especialistas em políticas de juventude e de gestores de Políticas Públicas de Juventude nos estados, nos municípios e no Distrito Federal. (MEOG, 2012. Pág 11).

Contudo, o Projovem Urbano, busca reafirmar o posicionamento do jovem como sujeito de direitos, valorizando suas expressões culturais, seus saberes, suas emoções, sensibilidades, sociabilidades, ações éticas e estéticas. Assumindo a perspectiva geracional, o Programa pressupõe um diálogo produtor de escutas e aprendizados mútuos e espera contar com as contribuições das organizações juvenis, das universidades, de especialistas em

políticas de juventude e de gestores de Políticas Públicas de Juventude nos estados, nos municípios e no Distrito Federal.

No estado do Ceará em 2008, primeiro ano da execução do programa, 10 (dez) municípios foram contemplados num total de 3.000 (três mil) matrículas e deste universo 2.278 (duas mil, duzentas e setenta e oito) certificações. Em 2010, segundo ano do Projovem mais 31 (trinta e uma) comunas aderiram à esta entrada efetivando a matrícula de 9.400 (nove mil e quatrocentos) jovens com o perfil exigido, e deste montante 4.859 (quatro mil, oitocentas e cinquenta e nove) certificados de ensino fundamental e iniciação profissional conquistados.

No ano de 2012, em sua terceira edição mais 5.400 (cinco mil e quatrocentas) vagas foram distribuídas em 27 (vinte e sete) cidades do estado, beneficiando a 5.400 (cinco mil e quatrocentos) jovens que, devido a escassez de água causada pela estiagem em seu primeiro ano, migraram para outras cidades e estados em busca de emprego e ou outras fontes de renda, gerando assim um evasão em proporções relevantes. Ao final desta execução 2.497 (dois mil, quatrocentos e noventa e sete) certificações foram auferidas a estes jovens.

Neste momento o programa acontece em sua quarta edição e encaminha-se para uma nova entrada, contemplando respectivamente 4.800 (quatro mil e oitocentas) jovens distribuídos em 24 (vinte e quatro) municípios, estes que viverão uma experiência de transformação em suas vidas, através da melhora da auto estima, do crescimento pessoal tanto no âmbito dos estudos, da situação de trabalho/emprego como na relação consigo mesmo e com os outros, passando a adquirir também a consciência social e a relação participativa com a comunidade.

### 3.20 PROJOVEM URBANO E A GESTÃO DAS REDES SOCIAIS

O Projovem Urbano organiza-se como uma rede da qual participam alunos, professores e educadores, consultores, instituições como

universidade e fundações, e diferentes categorias de gestores em nível nacional, estadual e municipal. O programa foi pensado a partir de um novo paradigma de educação, caracterizado numa organização em rede, em que o gestor compartilha projetos e ações com outros profissionais da educação, cujo objetivo principal é desenhar coletivamente percursos flexíveis e fundamentais para a construção de acordos que permitam superar conflitos e desafios. Além disso, este caminho permitirá sistematicamente um processo contínuo de avaliação, monitoramento e acompanhamento, orientando medidas de intervenção e encaminhamentos das questões relevantes do programa, das equipes de trabalho, da instituição executora.

Para compreender predominantemente como as redes sociais funcionam, busca-se o entendimento de alguns autores e pensadores do termo:

Para Michel Foucault (1986), em suas análises da microfísica do poder e da produção histórica de concepções como as da loucura ou da sexualidade, mostrou que, “na vida social, variados elementos se cruzam em redes e que, em certos momentos, suas inter-relações crescem em função de fatores conjunturais, formando nódulos de conhecimento e de poder”.

Numa concepção bem direcionada, são muitos os pontos de partida e pontos de chegada. Diz Losicer (s/d) que,

no extremo da polarização [dos dois tipos de rede], as redes informacionais produzem subjetividades ‘indiferentes’ e homogêneas (virtuais e globais) opostamente às redes sociais, que intensificam as diferenças, as multiplicidades e as singularidades (simbólicas e locais). Com sua horizontalidade, a rede social atravessa instituições e indivíduos, expandindo-se na sua trama relacional até o limite da desarticulação, limite no qual começa a apresentar sintomas de sua própria falência (Losicer, s/d).

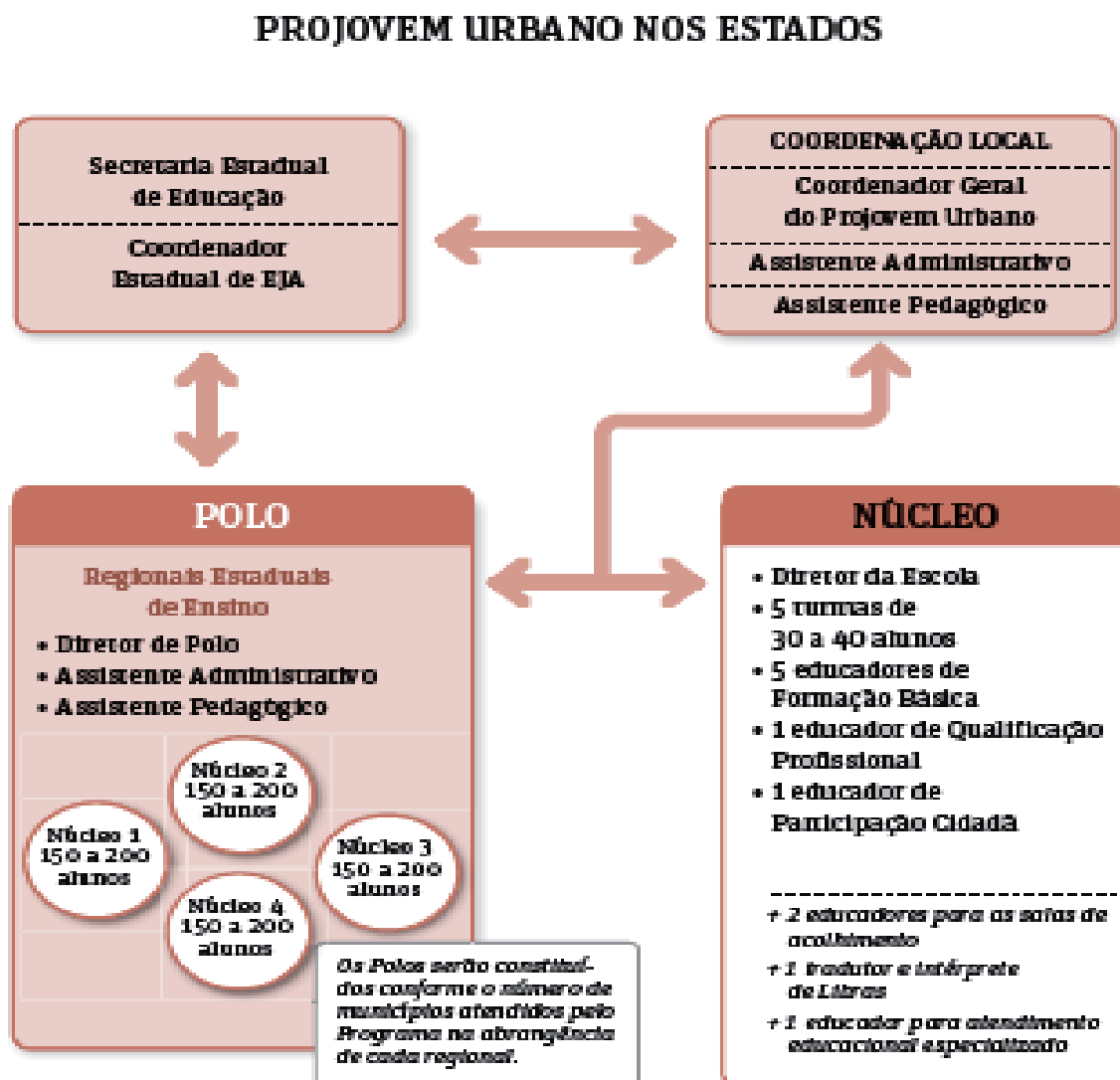
Como diria Guimarães Rosa, por intermédio do Riobaldo do Grande Sertão e Veredas: “o real não está nem na saída, nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia”. (Rosa, 2001, pág. 80).

Segundo Mance (2002), “as redes sociais compõem-se de células (categorias de sujeitos envolvidos como usuários, produtores, executores e reguladores), conexões (articulações que definem a abrangência e a

capilaridade da rede) e fluxos (informações e valores relacionados aos objetivos, necessários para a produção e a sustentação da rede)”.

Em detalhe a gestão compartilhada a partir da concepção e divisão de Mance (2002), considerando a composição das redes sociais em células, conexões e fluxos, a começar com as Células, tendo os usuários como os jovens de 18 a 29 anos, que sabem ler e escrever e ainda não concluíram o ensino fundamental. Os produtores são os entes que definiram as diretrizes do programa, sendo o Comitê Gestor coordenado pela Secretaria - Geral da Presidência da República/Secretaria Nacional da Juventude e integrado pelos Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Os executores são os entes que operacionalizam o Projovem Urbano nas diversas instâncias de coordenação. No topo a Coordenação Nacional é vinculada à Secretaria Nacional de Juventude e composta por inúmeros setores internos que dão suporte nas áreas de gestão das informações, de planejamento e organização, orçamento e finanças, avaliação e supervisão, acompanhamento e monitoramento e primordialmente na área pedagógica. No Ceará, a Coordenação Estadual está ligada a coordenação de Empreendedorismo, ambiente operacional do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho. A seguir vem o pólo, instância de gestão do Projovem Urbano que compreende 16 núcleos (escolas) e possui equipes que coordenam o processo administrativo e pedagógico, juntamente com as equipes de educadores lotadas nas escolas localizadas nos respectivos municípios contemplados em todo o estado do Ceará. Tais escolas pertencem ao sistema público de ensino municipal e/ou estadual e estão sob o olhar e direcionamento de um diretor geral e coordenadores escolares. A última célula é de suma importância para organização e controle do sistema de execução do programa - os reguladores, composto por segmentos de tomadas de decisões, como os conselhos e fóruns, instâncias internas de avaliação e monitoramento, assim como entes externos, que são as universidades e fundações.

Quadro 5: Estrutura do Projovem Urbano nos estados



Numa segunda composição das redes, tem as conexões, que indicam a capilaridade e são formadas por atividades e situações que colocam em contato diferentes tipos de células. A seguir: reuniões do Comitê Gestor, assinatura do termo de adesão e de cooperação, reuniões de formação inicial, formação continuada e de planejamento, aulas no núcleo e estudo individual não presencial, atividades complementares, atividades de elaboração das sínteses integradoras, de qualificação profissional e do plano de ação comunitária, bem como outras atividades de monitoramento e avaliação do Projovem Urbano.



Por fim, os fluxos, que nas redes sociais correspondem às matérias, informações e conhecimentos permutados entre as células. Dentre os principais, temos: legislação que rege programa, diretrizes da Coordenação Nacional, orientações às coordenações locais, conteúdos curriculares das três dimensões e das formações iniciais e continuadas de educadores, planos de ensino e produções dos alunos – Síntese Integradora (SI), Projeto de Orientação Profissional (POP) e Plano de Ação Comunitária (PLA), resultados das avaliações externas – avaliação diagnóstica, e informações das mídias de comunicação do programa e das instituições que compõem as redes sociais do Projovem Urbano.

### 3.3 PROJETO PEDAGÓGICO INTEGRADO (PPI) E O CURRÍCULO INTEGRADO DO PROJOVEM URBANO

“Mudar é difícil, mas é possível e urgente”. (FREIRE, 1991. pág. 8). Esta afirmação representa o desafio posto no Projeto Pedagógico do Projovem Urbano, cujo conteúdo e proposta se insere no movimento de integrar uma estrutura em três dimensões: Formação Básica, Qualificação Profissional e Participação Cidadã, tendo em vista a promoção da equidade e a inclusão das diversas juventudes nos espaços de formação social e profissional, promovendo a ampla inclusão da população referenciada nos ambientes sociais. Assim, o Projovem Urbano propõe “aliar teoria e prática, formação e ação, explorando a dimensão educativa tanto do trabalho como da participação cidadã”. (BRASIL, 2012, pág.34).

Segundo Fazenda (2001), “o projeto político pedagógico se constitui de sete elementos básicos: as finalidades da escola, a estrutura organizacional, o currículo, o tempo escolar, o processo de decisão, as relações de trabalho e a avaliação”. Diante disso, apresenta-se a integração curricular, fazendo as reflexões pertinentes ao contexto da realidade em que se desenvolvem as ações do Projovem Urbano.

Tabela 1 – Carga horária das três dimensões curriculares

Carga horária das três dimensões curriculares				
Carga horária	Formação Básica	Qualificação Profissional	Participação Cidadã	Total
Horas presenciais	1.008	360	72	1.440
Horas não presenciais	560			560
<b>TOTAL</b>				<b>2.000</b>

Fonte: Manual do Educador – Orientações Gerais(MEOG, 2012, pág. 71).

Ao longo de 18 meses o currículo do Projovem Urbano organiza-se como uma rede resultante do cruzamento de eixos estruturantes com os campos de conhecimento envolvidos nas três dimensões. Estes eixos, por sua vez, orientam os educadores envolvidos no desenho do currículo na seleção de temas significativos para o público do programa. Esse desenho resulta no quadro seguinte:

Tabela 2 – Matriz Curricular do Projovem Urbano

Matriz Curricular do Projovem Urbano							
Dimensões Curriculares e Áreas do Conhecimento	Formação Básica					Qualificação	Participação
	Ciências	Língua	Inglês	Matemática	Ciências	Profissional	Cidadã
Eixos Estruturantes	Humanas	Portuguesa			da		
					Natureza		
I – Juventude e Cultura	Tópicos						

<b>I – Juventude</b>	Tópicos
<b>e Cidade</b>	
<b>I – Juventude</b>	Tópicos
<b>e Trabalho</b>	
<b>I – Juventude</b>	Tópicos
<b>e Comunicação</b>	
<b>I – Juventude</b>	Tópicos
<b>e Tecnologia</b>	
<b>I – Juventude</b>	Tópicos
<b>e Cidadania</b>	

Fonte: Manual do Educador – Orientações Gerais(MEOG, 2012, pág. 42).

De acordo com o MEOG, a partir desta análise, a proposta pedagógica visa cumprir a finalidade de proporcionar ao jovem brasileiro, uma formação integral que lhe permita retomar seu caminho de estudante, de cidadão participativo, atuante em sua comunidade e inserido no mundo do trabalho.

O programa tem 06 (seis) unidades formativas e estão articuladas em torno de um eixo estruturante, que corresponde em cada unidade, uma situação relacionada à vida cotidiana dos jovens envolvidos. O período de 18 meses está distribuído em 03 (três) ciclos de seis meses cada, que contemplam as unidades formativas para aplicação do conteúdo programático e estão assim denominadas: Unidade Formativa I: Juventude e Cultura; Unidade Formativa II: Juventude e Cidade; Unidade Formativa III: Juventude e Trabalho; Unidade Formativa IV: Juventude e Comunicação; Unidade Formativa V: Juventude e Tecnologia; Unidade Formativa VI: Juventude e Cidadania.

As áreas de conhecimento foram organizadas tendo como base as Diretrizes Nacionais do Ensino Fundamental (1996), e recebem a classificação de acordo com a denominação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

Nesta relação interdimensional existem atividades de qualificação social, profissional e de participação cidadã com foco na ação comunitária dos alunos. Estas aparecem com a intenção de formar integralmente os jovens participantes, inserindo um processo de ensino e aprendizagem sobre o mundo do trabalho e como protagonista de sua vida social na comunidade a que pertence.

Fortalecendo a caracterização desta estrutura interdimensional e interdisciplinar como currículo integrado,

[...] poderíamos tentar definir o currículo integrado como um plano pedagógico e sua correspondente organização institucional que articula dinamicamente trabalho e ensino, prática e teoria, ensino e comunidade. As relações entre trabalho e ensino, entre os problemas e suas hipóteses de solução devem ter sempre, como pano de fundo, as características sócio-culturais do meio em que este processo se desenvolve (DAVINI, 2007).

No entanto, esta proposta pedagógica evidenciada no PPI, traz uma prática efetiva de contextualização do currículo integrado do Projovem Urbano, proporcionando às juventudes uma experiência diferente de apreender e utilizar este conhecimento de forma ampla e participativa no meio comunitário e na sociedade, assim como permite aos educadores fazer uma educação inovadora, com perspectivas de envolvimento dos estudantes com outros elementos de participação e, sobretudo, na busca constante de melhorias e qualidade de vida e bem-estar social.

### 3.4 FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES

A formação de professores constitui elemento essencial para se atingir aos objetivos visados pela educação, sobretudo quando a linha educacional perpassa pela ação efetiva dos atores envolvidos pela participação cidadã na ação comunitária. É o professor que, em sua prática, operacionaliza as grandes linhas estratégicas para serem implementadas no sistema educacional, dentro e fora do chão da escola que, por sua vez,

devem estar adaptadas à realidade presente na sociedade em que se inserem.

A abordagem inicial reflete que as instituições de ensino buscam promover um percurso formativo para os professores, com o intuito de aperfeiçoar e aprofundar as competências e habilidades necessárias para conduzir os processos de ensino, observando no cenário escolar as diferenças e peculiaridades, sobretudo, a diversidade. Outra abordagem está na atuação dos alunos, enquanto classe heterogênea, com anseios e ideais diversos, com situação de vida vulnerável, seja social, cultural ou econômica, e muitos outros limites e entraves que permeiam na vida pessoal e escolar. No entanto, estes buscam na escola e no professor a parceria, o conforto e a confiança e, permanentemente, o conhecimento. Em síntese, ambos precisam se completar, e para isso, o professor precisa estar preparado com diversas competências e habilidades essenciais para suprir tal questão e promover a educação re-significativa.

Na condução do processo de ensino e da gestão didático-pedagógica encontra-se uma equipe de educadores formada por licenciados, especialistas mestres e doutores, atuantes na área da educação com experiência docente na educação básica, seja na escola pública ou privada, nas universidades e nos movimentos sociais. Estes participam por formações continuadas ao longo da execução do programa, como requisito necessário para ser educador do Projovem Urbano.

Em se tratando da formação de professores do Projovem Urbano:

Os educadores devem “diplomar-se” em Projovem Urbano. Por meio da formação continuada, busca-se a construção de um processo identitário em que cada educador se veja simultânea e inseparavelmente como: **(a)** um **perito** que domina o instrumental de trabalho próprio de sua área de conhecimento e de sua atividade docente e sabe fazer uso dele; **(b)** um **pensador** capaz de repensar criticamente sua prática e as representações sociais sobre seu campo de atuação; **(c)** um **cidadão** que faz parte de uma sociedade e de uma comunidade. (PPI, pág. 72).

Segundo Kelma Lopes<sup>1</sup>,

“formar professores para atuar num programa com as características, objetivos e perspectivas do Projovem se converte numa atividade árdua. Olhando, porém, para o que pensamos e realizamos no tocante à formação docente, é possível constatar que o enfrentamento de tantos desafios nos possibilitou muita aprendizagem. Isto é um ganho muito significativo! Acreditamos, do mesmo modo, que o trabalho desenvolvido junto aos professores do Projovem os auxiliou a enfrentar os seus desafios e a desenvolver outros saberes, a partir de sua prática docente”.

Com a implementação do Plano Nacional de Formação (PNF), a formação continuada objetiva fazer com que o docente seja o educador no sentido amplo da palavra, capaz de fazer a mediação entre o projeto de educação da sociedade e os projetos individuais dos jovens. Assim, ele tem de fazer a construção da interdisciplinaridade, estabelecendo inter-relação de conhecimentos teóricos, práticos, sociais, éticos e estéticos.

A equipe docente do Projovem Urbano participa da formação continuada como requisito básico para atuar na função de educador. Além da primeira etapa, composta por 96 horas de atividades presenciais e por 64 horas de atividades não presenciais, todos os educadores também participam das 216 horas de atividades presenciais, distribuídas ao longo dos 18 meses do curso. Estes, a cada três meses estão reunidos para construir estratégias de ensino e aprendizagem para os jovens estudantes. “A formação continuada significa os momentos em que o professor cria um afastamento crítico da prática para incorporá-la ao campo teórico. É isso que significa ação-reflexão-ação” (SALGADO, 2004, pág. 205).

Tabela 3: Carga horária da formação de educadores

<b>Modalidades de Formação</b>	<b>Atividades presenciais</b>	<b>Atividades não presenciais</b>	<b>Total</b>
--------------------------------	-------------------------------	-----------------------------------	--------------

<sup>1</sup> Professora do Departamento de Fundamentos da Educação – Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC). Coordenadora do Projeto de Extensão “Formação de professores do Projovem Fortaleza” – UFC.

Formação inicial	96h	64h	160h
Formação continuada	216h	-	216h
<b>Total</b>	<b>312h</b>	<b>64h</b>	<b>376h</b>

Fonte: Plano Nacional de Formação, 2008, pág.27.

### **3.4.1 Abordagem reflexiva na formação do educador de Qualificação Profissional (QP)**

O estudo fundamenta-se na reflexão da formação de professores no desenvolvimento da qualificação profissional dentro de um campo de abordagem, tendo em conta o seu caráter de programa inclusivo, considerando que não basta transmitir conteúdos para os alunos, tampouco trabalhar a construção teórica da aprendizagem. É fator extremamente necessário considerar os diferentes universos do jovem como ser humano.

Carolina Nogueira Adriano<sup>2</sup>, em uma publicação de artigo afirma que, “a QP do Projovem Urbano objetiva proporcionar uma formação inicial aos jovens, despertando sobre as questões atuais do mundo do trabalho e acerca de um arco ocupacional. Na concepção do Programa, os estudos profissionais devem embasar o aluno à decisão e reflexão, não doutriná-lo apenas em conhecimentos processuais, promovendo espaços para discussão e formação não salas de treinamento”.

Um desafio permanente, na visão da Qualificação Profissional, no Projovem Urbano, diz respeito à tarefa árdua de ir contra a complexa tarefa de imprimir uma visão crítica a respeito de noções parciais ou ideológicas sobre transformações em curso no mundo do trabalho, e sem aderir a um pessimismo determinístico nos conteúdos apresentados, considerando um público composto por jovens desalentados ante às dificuldades

---

<sup>2</sup>Bacharel em Turismo pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e Especialista em Patrimônio Cultural e Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Coordenadora Municipal da Qualificação Profissional do Projovem Fortaleza.

apresentadas pelo mercado de trabalho formal, e face a seus baixos níveis de escolaridade.

O jovem entra no Projovem com a perspectiva de automaticamente, através da qualificação obtida, ingressar no mercado de trabalho. [...] dentre os objetivos da qualificação profissional não está proposto o encaminhamento a postos de trabalho e tampouco a formação e articulação com bancos de emprego. (BERTHOLINI, 2007, p. 40).

Desta forma, busca-se na abordagem da Formação Técnica Geral (FTG), dos Arcos Ocupacionais e do Projeto de Orientação Profissional (POP) o enfrentamento dessa questão na produção de conhecimentos, ao longo dos textos para leitura e das atividades pedagógicas, sob a ótica de um projeto pedagógico integrado, no qual a qualificação profissional considera as condições atuais de organização e reestruturação do trabalho, em resposta a uma sociedade em processo acelerado de mudanças econômicas e sociais.

Dentro de toda essa práxis pedagógica é proporcionado ao protagonista, jóia rara do programa, munir-se de todas as condições necessárias para enfrentar o mercado de trabalho formal. Nesta equipe encontra-se o professor de Qualificação Profissional, que atua em uma via de acesso onde a dupla função de ministrar as aulas de Qualificação Profissional e o norteio do Projeto de Orientação Profissional acontecem efetivamente. Além disso, inerentemente tem o desafio de desenvolver outras atividades a constar no Plano Nacional de Formação, que são:

- Ministrar aulas de formação técnica;
- Planejar e orientar a implementação do Arco Ocupacional escolhido no município;
- Entrar em contato com empresas e outros tipos de organizações relacionadas ao arco e agendar visitas guiadas e estágios dos alunos, bem como a ida de profissionais aos núcleos para serem entrevistados pelos alunos;



- Pesquisar filmes, vídeos, livros etc. de interesse para auxiliar os jovens no contato com o “mundo do trabalho”;
- Acompanhar a respectiva dinâmica local, de forma a poder dar orientações seguras aos jovens dos respectivos núcleos;
- Analisar, também, os Planos de Orientação Profissional (POP) dos jovens, de maneira a poder interagir efetivamente com os Profissionais de Ação Social e com integrantes da Equipe de Formação Básica, na co-orientação dos jovens;
- Participar das atividades de formação inicial e continuada;
- Participar de ações integradoras das três dimensões – Ensino Fundamental, Qualificação Profissional e Participação Cidadã;
- Participar do planejamento coletivo com os demais educadores.

#### **4 A DIMENSÃO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COM FOCO NO DESENVOLVIMENTO DO ARCO OCUPACIONAL**

A Qualificação profissional representa uma proposta única que, sem atingir a plena condição para a profissionalização completa, ao jovem é oferecida uma formação inicial que permitirá desenvolver suas aptidões profissionais direcionando-lhe à novas oportunidades e escolhas dentro do mundo do trabalho.

Menezes e Uchoa (2013) afirmam que, “a formação profissional deve estar voltada às exigências do próprio mercado de trabalho, de maneira que uma percepção das necessidades das empresas, e mesmo do setor público, é importante para que se possa adequar o sentido de formação de uma oferta de trabalho com as exigências requeridas pelo lado da demanda. Uma formação profissional com essa preocupação, além de elevar a chamada

“empregabilidade” das pessoas envolvidas, naturalmente permitirá uma elevação dos seus rendimentos futuros”.

É necessário desvendar o mundo contemporâneo, no qual os dilemas e perspectivas da juventude estão inseridos num tempo que conjuga um acelerado processo de globalização e crescentes desigualdades sociais que geram exclusão (Brasil, 30, 2012).

A qualificação profissional no âmbito do programa nacional de inclusão de jovens organiza-se em: (i) Formação Técnica Geral (FTG), que trata em loco dos conhecimentos indispensáveis para quaisquer atividades de trabalho e fornece ao jovem a compreensão a respeito do trabalho e da formação profissional no mundo contemporâneo; (ii) Formação Técnica Específica (FTE), que leva ao jovem a condição para o aprendizado de conteúdos de uma ou mais ocupações. Contudo a FTE, por meio do Arco Ocupacional, aborda conhecimentos relacionados a quatro ocupações dentro de uma base técnica comum, tanto no campo da produção quanto no da comercialização.

#### 4.1 A FORMAÇÃO TÉCNICA GERAL NO CURRÍCULO INTEGRADO

A Formação Técnica Geral (FTG) dentro de uma concepção educacional trata de um conjunto amplo de conhecimentos de caráter técnico e geral que podem ser utilizados em qualquer tipo de trabalho, bem como servir de referencial para uma gama de atividades profissionais. As salas de aula, por sua vez, devem representar os laboratórios onde os jovens podem e devem pôr em exercício os saberes e atitudes para o mundo do trabalho, estas ações efetivas envolvem iniciativa própria, cooperação nos trabalhos em equipe, responsabilidade pelos compromissos assumidos e a capacidades de tomar decisões.

De acordo com os ensinamentos de FÉRES (2009), “o mundo do trabalho é esse amplo espaço de múltiplas atividades, sejam elas formais ou informais, onde o ser humano busca meios para viver e realizar-se. Não é

um mundo isolado das outras dimensões da sociedade, ao contrário, é seu próprio centro dinâmico”.

Na FTG são abordados, por exemplo, aspectos da organização do trabalho, da organização da produção que incluem planejamento, programação e controle, além de outros temas relevantes que, entrelaçados à Formação Básica e à Participação Cidadã, propõem ao jovem uma condição favorável de aprendizado.

Tratando-se do programa nacional de elevação da escolaridade, Projovem Urbano, este possui duração de dezoito meses, e durante este período a Formação Técnica Geral, juntamente com a Formação Técnica Específica, estão inseridas em seis Unidades Formativas, resultado do cruzamento de eixos estruturantes com conteúdos selecionados.

Dentro desta dinâmica de conteúdos atrelados aos eixos estruturantes e divididos em unidades formativas com duração de três meses cada, a FTG será abordada e sistematizada nas Unidades Formativas I - Juventude e Cultura, Unidade Formativa II – Juventude e Cidade e Unidade Formativa VI - Juventude e Cidadania.

É oportuno repetir o fato de que uma das funções da educação para esses jovens consiste em ajudá-los a refletir sobre sua condição de trabalhador, acerca dos conhecimentos estudados e a aplicabilidade em sua realidade de vida, auxiliando-os a retomar/assumir o seu lugar na sociedade, viabilizando o exercício do direito ao desenvolvimento pleno de seu potencial artístico, físico e intelectual. (Santos, 2008. pag.114)

Educação e formação profissional associados representam elementos-chave, ao mesmo tempo em que torna-se um desafio tanto no campo da pesquisa quanto da política pública voltadas para a juventude, pois está relacionado com um entendimento de como as trajetórias educacionais surgem, como são reguladas e, por conseguinte, como podem tornar-se cada vez mais otimizadas.

## 4.2A FORMAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA E O DESENVOLVIMENTO DO ARCO OCUPACIONAL

A proposta pedagógica da formação técnica específica tem como perspectiva a integração curricular abordando as três dimensões do Projovem urbano, embora os conteúdos da dimensão da qualificação profissional estejam organizados (Formação Técnica Geral, Formação Técnica Específica e Projeto de Orientação Profissional), é pertinente trabalhar os conteúdos de forma interdisciplinar possibilitando aos jovens relacionarem os conteúdos da formação técnica específica com as demais disciplinas do currículo integrado. Assim o aluno não somente resolverá as coisas no papel e se limitará à sala de aula, mas também exercitará os conhecimentos, buscará informações, realizará visitas técnicas, fará contatos e entrevistas sobre os conteúdos estudados.

A formação técnica específica que também é denominada de Arco Ocupacional é compreendida como um conjunto de ocupações relacionadas entre si, pois têm uma base técnica comum. “O arco ocupacional pode abranger ocupações das esferas de produção, da circulação de bens e da prestação de serviços, garantindo uma formação mais ampla e aumentando as possibilidades de atuação do jovem no mundo do trabalho”. (MEOG, 2012, pág. 104). Nestes períodos, serão tratados os temas específicos desenvolvidos em cada ocupação.

No estudo de caso o arco ocupacional que está sendo analisado é o arco de Administração que se subdivide em quatro ocupações: Arquivador; Almoxarife; Contínuo (*Office-boy/Office-girl*) e Auxiliar Administrativo. A composição dos arcos foi planejada e constituída com conteúdos que possibilitarão aos alunos uma diversificada iniciação profissional, abrindo espaço para atuação nas ocupações. Não é proposta desta formação tornar os educandos especialistas no arco ocupacional de administração, mas possibilitar um amplo conhecimento inicial do trabalho, desenvolvido no

conjunto das ocupações. Desta forma, faz-se necessário argumentar algumas considerações relacionadas a cada ocupação.

**Arquivador** é a primeira ocupação planejada no Arco de Administração, e possibilita um amplo diálogo com os alunos sobre o arquivo, ou seja, a guarda ou a conservação na memória ou em um lugar seguro das informações e dos documentos, que irá formar um conjunto de informações produzido e recebido por uma organização ao longo de sua existência, e que são organizados e conservados para consultas e comprovações, tendo por finalidade preservar a situação fiscal, a memória e a história da instituição que o mantém.

A terminologia arquivo geralmente tem vários empregos e significados, é o termo usado para nomear o conjunto de correspondências e documentos que devem permanecer guardados e é também o nome do espaço onde são guardados documentos. Estes podem ser guardados segundo diversos critérios de arquivamento: data, numeração, assunto etc. Esses critérios são denominados método de arquivamento e são as formas encontradas para separar e classificar os documentos. Normalmente utiliza-se mais de um método de arquivamento, pois é difícil que um único método por mais amplo que seja, adéque a todos os documentos e materiais.

**Almoxarife** é a ocupação que dá sequência ao arco ocupacional de Administração. A terminologia é derivada da língua Árabe e faz referência ao indivíduo que é responsável pela guarda do patrimônio, ou seja, dos bens de uma empresa ou de um empregador.

Atualmente os profissionais do almoxarifado trabalham em um espaço específico, onde são guardados as matérias-primas e todo o material necessário para o funcionamento ou produção de uma fábrica. Como todo material onde se guarda bens e coisas importantes, esses também deve ser protegidos, ter acesso restrito e um controle de todos que utilizam o espaço.

A função específica do almoxarife é cuidar de todas as etapas da movimentação e guarda dos materiais necessários ao funcionamento da empresa: objetos, matérias-primas, produtos, equipamentos, instrumentos,

peças de reposição e outros. Essa atividade também é chamada de controle ou administração de material. E é evidente que toda essa atividade perpassa pelo recebimento das mercadorias, controle de qualidade para aferição dos produtos recebidos, guarda das mercadorias de forma organizada para facilitar o manuseio, controle de movimentação, balanço que é feito para organizar a quantidade de produtos em estoque e reposição de mercadorias visando evitar a falta de produtos na empresa e a paralisação da produção.

**Contínuo**, *Office-boy/Office-gril* ou mensageiro são várias as terminologias para denominar as atividades deste profissional, contudo o que importar é que esta é uma boa atividade que poderá impulsionar o ingresso do profissional no mercado de trabalho, evidentemente que dependerá da intenção, da responsabilidade e do interesse do profissional, pois ele terá a chance de crescer dentro de uma organização assumindo novas responsabilidades e funções desde que atenda as qualificações especificadas.

O trabalho do *Office-boy/Office-gril* apóia diversos setores da empresa, pois seu trabalho é uma extensão do trabalho dos profissionais que estão internamente nos espaços do empreendimento, e é com esse trabalho que os processos e procedimentos chegam aos seus destinatários sejam eles clientes, fornecedores ou outras empresas parceiras.

Para exercer esta ocupação, o profissional deve ser comunicativo e ter facilidades nas transmissões de dados e até operações bancárias on-line, ter atitude, ser articulado na realização das atividades além de ter rapidez, responsabilidade, capacidade de tomar decisões, ser ético e preservar a qualidade da prestação do seu serviço. Os *Offices-boys* geralmente trabalham sobre forte tensão, porque muitas das vezes dispõem de um curto prazo para realizar seu serviço.

**Auxiliar Administrativo** muito mais que uma ocupação, o termo auxiliar administrativo serve para designar um cargo ou função dentro do quadro de funcionários das organizações. De um modo geral, isso ocorre nas grandes e médias empresas, cujo organograma estabelece setores com

responsabilidades distintas e um plano de cargos e salários que classifica o quadro de funcionários em diferentes níveis.

Nas empresas de menor porte e poucos funcionários, é comum que o auxiliar administrativo desempenhe atividades ligadas a todas as áreas da empresa, incluindo alguns serviços externos. Suas atribuições podem abranger atividades desde o arquivador, almoxarife, continuou até demais atividades ainda não especificadas como: receber, separar, classificar, distribuir documentos, preparar recibos e guias, atender fornecedores, acompanhar a agenda de pagamentos, entre muitas outras responsabilidades. Em geral é o auxiliar administrativo que, também, fica na recepção, auxilia no setor de finanças e contabilidades, na área comercial, no setor de administração de pessoal e recursos humanos, recebe os faxes, atende o telefone, transfere as ligações ou anota os recados, encaminhando depois os assuntos para os responsáveis.

O profissional para atuar nesta ocupação precisa ter uma boa apresentação pessoal, ter facilidade em se comunicar e que esta seja de forma clara e a linguagem correta, ser cordial para com os clientes e demais funcionários, ter atenção na realização das atividades, rapidez, eficiência e respeito.

As ocupações do Arco de Administração são articuladas e complementam-se, pois a proposta não é tornar o educando técnico, graduado ou especialista em uma ocupação específica, mas sim trabalhar uma iniciação básica à qualificação profissional, visando toda estrutura da área de Administração, possibilitando assim o ingresso do aluno no mercado de trabalho, com uma base sólida nas ocupações de Arquivador, Almoxarife, Contínuo e Auxiliar Administrativo.

Desde o início da execução da FTE as aulas exigem um dinamismo maior, pois os conteúdos são trabalhados forma harmoniosa entre a teoria versus prática, onde se faz necessário a realização de várias visitas técnicas e estudos de casos dentro da ocupação, possibilitando desta forma a fixação das técnicas empregadas pela ocupação.

#### 4.3 O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL NAS UNIDADES FORMATIVAS

O Projeto de Orientação Profissional (POP) tem por finalidade possibilitar ao aluno um melhor aproveitamento das oportunidades práticas e teóricas ministradas no decorrer do curso no campo da qualificação para o trabalho, permitindo um exercício de resgate e sistematização da trajetória profissional, assim como de projeção dos próximos passos de seu processo de qualificação para o trabalho.

Especificando melhor, o POP, é um projeto de caráter individual, que envolverá muitos momentos coletivos, será construído ao longo dos dezoito meses do curso, tendo como proposta sistematizar as vivências, traçar um paralelo entre a realidade atual e as perspectivas. Estas atividades acontecem sob a orientação do educador de qualificação profissional que seguirá a ordem cronológica de organização do POP que é subdividido por fichas formuladas pelo Programa.

Durante o preenchimento e desenvolvimento do POP os alunos irão realizar algumas reflexões em suas respectivas fichas, tais como:

1 - A estrada e o sonho - a proposta de trabalhar esta ficha é trazer o aluno para que ele possa refletir sob o ponto de partida de onde ele começou, onde é que ele se encontra no momento e aonde é que ele quer chegar. Nesta atividade o educando fará um resgate e um prévio planejamento profissional.

2 - Comparando técnica em trabalhos diferentes – nesta ficha é solicitado ao aluno escolher duas ocupações do arco ocupacional e fazer uma análise das técnicas utilizadas em cada uma, aponta as semelhanças e as diferenças que cada ocupação utilizada. Após a realização desta atividade o aluno é instigado a refletir sobre uma atividade e/ou profissão de que ele goste e fará uma análise sobre as técnicas utilizadas e as matérias primas ou insumos para a realização desta atividade.



Ampliar sua rede de relacionamentos – é pertinente estimular os alunos a iniciar a construção de sua rede de relacionamento, com contatos de pessoas conhecidas e que possam contribuir no seu ingresso ao mercado de trabalho.

O presente e o futuro – e esta etapa o educando realiza um autorretrato de seu presente pessoal e profissional e do seu futuro, focando as perspectivas. Após esta análise o aluno é instigado a avaliar a distância e o que separa o seu presente das perspectivas para o seu futuro, posteriormente o aluno irá elaborar um planejamento para alcançar o seu futuro promissor.

Reverendo a estrada da formação – essa ficha fará com que o aluno retorne ao início da elaboração do POP para refletir e avaliar alguns aspectos sobre a elaboração do projeto tais como: as diferenças encontradas após o período de experiências vivenciadas no programa, a avaliação das principais pedras ultrapassadas, realização de um ajuste ou adequação do planejamento, entre outros.

Encontrando seu trabalho na cadeia produtiva – a sugestão desta ficha é identificar qual cadeia produtiva o aluno mais se identifica e gostaria de atuar. Paralelo a esta análise é preciso também estimular os educandos para a realidade em que estão inseridos, fazer uma análise do município em que ele reside sobre a possibilidade da existência de oferta desta cadeia produtiva e do mercado de trabalho no município.

Reconhecendo o aprendizado na vida – a proposta da ficha é que o aluno sistematize as atividades que desenvolve durante o seu dia-a-dia e faça uma análise para mensurar o aprendizado construído e em quais aspectos esse aprendizado pode contribuir na construção da sua vida profissional. “Em muitas culturas, principalmente naquelas em que não há linguagem escrita, o conhecimento também é transmitido oralmente, de geração a geração principalmente pelas pessoas mais velhas da comunidade”. (POP, 2012, pág. 24).

Uma nova ferramenta para seguir na Estrada da Formação – depois de ter iniciado as atividades práticas e surgido a oportunidade de conhecer algumas peculiaridades das ocupações trabalhadas é pertinente instigar os alunos para que façam uma avaliação sobre as perspectivas para a sua vida profissional, onde ele está no momento e onde deseja chegar, como o programa pode contribuir para que o mesmo alcance o seu objetivo e se no percurso dos estudos houve alguma mudança relacionada as suas metas.

O primeiro emprego – a proposta da ficha é analisar o ingresso dos jovens no mercado de trabalho e fazer uma reflexão sobre as limitações de falta de qualificação dos jovens e também sobre a importância dos projetos de inclusão social e profissional para qualificação de mão de obra.

Ganhar a vida – nessa etapa os alunos são instigados a pensar e refletir em grupo o contexto da expressão, analisando até que ponto ganhar a vida é saudável.

A última estrada da formação – a questão pertinente nesta etapa do curso é instigar os alunos para uma avaliação do seu aprendizado no tocante a qualificação profissional, focando os principais pontos positivos e negativos. Desta forma, agora é o momento oportuno de o cursista pensar, avaliar e sistematizar as estratégias que contribuirão para a devida realização dos seus planos e metas de continuidade dos estudos e qualificação profissional.

O trabalho infantil no Brasil: forma de escravidão moderna? – Depois de percorrido todo esse caminho proporcionado pela Formação Técnica Específica e pelo Projeto de Orientação Profissional é pertinente por em questão, a temática do trabalho infantil fomentando esse questionamento aos alunos, com o objetivo de possibilitar aos mesmos a identificação da exploração infantil no tocante ao trabalho, sensibilizar e proporcionar as crianças uma condição de vida melhor através da educação e do sistema de ensino.

Escrevendo o seu currículo – em várias oportunidades foi possível dialogar sobre a construção de um currículo e as importantes dicas de

informações que não podem faltar neste instrumento. Após várias discussões, é o momento ideal para oportunizar ao aluno a elaboração do seu currículo. “O currículo é um documento que informa aos possíveis empregadores a sua trajetória de vida, suas experiências profissionais e habilidades de forma resumida”. (POP, 2012, pág. 42).

## **5 METODOLOGIA DA PESQUISA**

Neste capítulo são apresentados etapas e procedimentos metodológicos e investigativos no âmbito do percurso operacional do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM URBANO). A partir das diretrizes didático-pedagógicas, o estudo avalia os principais produtos que são elaborados no processo de planejamento, preparação, execução e sistematização da qualificação profissional dos alunos do Projovem Urbano no município de Quixeramobim no estado do Ceará.

### **5.1 ETAPAS DA PESQUISA**

No processo de planejamento e execução de uma pesquisa se deve seguir algumas etapas, no sentido de alcançar os resultados esperados. Dessa forma, esta pesquisa contou com as seguintes fases: “escolha do tema; formulação do problema; justificativa do estudo; definição dos objetivos – geral e específicos; revisão de literatura; método de pesquisa; coleta de dados; tabulação e apresentação dos dados; análise e discussão dos resultados; conclusão da análise e dos resultados obtidos; redação e apresentação do trabalho científico”. (OLIVEIRA, 2001, p. 35-36).

Em se tratando do tema, a escolha ocorreu com base no interesse profissional e pessoal dos pesquisadores em aprofundar seus conhecimentos sobre o assunto, sobretudo, em averiguar se realmente o trabalho desenvolvido com alunos do Projovem Urbano, estava sendo

satisfatório para intervir nas realidades focadas e se esta intervenção estava sendo re-significante para os envolvidos. A escolha foi relevante também pela temática a ser abordada, cujas informações, dados e estudos sejam acessados com facilidades por conta da vivência a partir dos trabalhos já realizados ao longo de 10 anos, uma vez que trabalhou diretamente com as juventudes, conhecendo de perto as realidades por elas vivenciadas, suas dificuldades, seus modos de encarar a vida e o mundo que os rodeiam.

Em um segundo momento foi feita a formulação do problema a ser pesquisado e suas proposições investigando-se sobre as possibilidades de implementação do projeto, observando se as estratégias utilizadas na condução do processo pedagógico estavam condizentes com a realidade, e se a aplicabilidade das ações tinham viabilidade social e profissional.

Para Matias-Pereira (2010a), é necessário que se defina de forma bastante clara o problema, visto que ele se apresenta como um item fundamental na elaboração de um projeto de pesquisa científica. Após essa providência, podem-se estabelecer ações, etapas e procedimentos possíveis e desejáveis da pesquisa. É preciso estar atento, visto que nem todos os problemas que são levantados podem ser aceitos como “problemas científicos”.

Nesta etapa procura-se refletir sobre o principal motivo da realização da pesquisa, buscando identificar as principais razões da preferência pelo tema escolhido e sua importância em relação a outros. Desse modo, a pesquisa desenvolvida justifica-se pelo fato de querer analisar, refletir e avaliar o processo de implementação e execução do Projovem Urbano no âmbito da qualificação profissional, além de os autores almejarem perceber se o trabalho desenvolvido está provocando mudanças significativas na sala de aula, na vida dos estudantes e na comunidade em que vivem.

A formulação dos objetivos ocorreu na quarta etapa, onde foi demonstrada a intenção dos pesquisadores em propor a pesquisa, sintetizando o que se pretendia alcançar ao final da construção da pesquisa. Assim, deveriam ser coerentes com a justificativa e com a problemática proposta inicialmente.

A revisão de literatura, fase essencial à pesquisa, uma vez que fornece elementos sobre o tema, definindo abordagens mais precisas sobre o problema a ser estudado. Nessa etapa da pesquisa foram utilizados livros, revistas, folhetos, sites da internet, artigos científicos e material acadêmico de fontes diversas. Além disso, foi fundamental coletar estudos desenvolvidos especificamente sobre a atual situação da juventude brasileira, seja do campo ou da cidade, e abrangendo as diversas formas de ser, no que se refere a gênero, raça, cor, etnia e classe social.

Neste momento foi elaborada a metodologia utilizada na pesquisa, em que se identifica a população, a amostra, o tipo da pesquisa, seus procedimentos, instrumento de coleta de dados, bem como a abordagem do problema. Nesta fase o pesquisador necessita definir claramente onde e como será realizada a pesquisa.

Após definido o método da pesquisa, ocorre à coleta de dados, onde os pesquisadores adotaram o método da observação individual e assistemática em conjunto com a aplicação de um questionário estruturado por considerá-lo o mais adequado a este tipo de pesquisa.

Na conclusão, houve a sistematização dos dados obtidos com a pesquisa, explicitando se os objetivos foram atingidos, bem como se os pressupostos iniciais foram confirmados ou refutados e, principalmente, ressaltando a contribuição da sua pesquisa para o meio acadêmico, para a realidade local das juventudes contempladas e para o desenvolvimento profissional.

Na última etapa, com todos os dados coletados e o referencial teórico revisto, o trabalho foi escrito, revisado, avaliado e apresentado.

## 5.2 DELINEANDO A PESQUISA

Para iniciar o processo de avaliação foi realizada uma oficina com os alunos do Projovem Urbano de uma determinada escola no município em Quixeramobim, Estado do Ceará no dia 06 de julho de 2014. O trabalho

envolveu a disciplina de qualificação profissional que compõe o currículo integrado do programa e que os alunos já estudam há 9(nove) meses e já participavam das atividades didático-pedagógicas envolvendo a formação técnica geral e a formação técnica específica que compreende o arco ocupacional de administração e neste o projeto de orientação profissional.

O que nos motivou a realizar a pesquisa com os alunos que estavam em meados do curso do ensino fundamental, pelo fato de os mesmos estarem envolvidos nos processos de ensino-aprendizagem, o que facilitaria no entendimento da pesquisa, assim como na confiabilidade das respostas. Outro fator relevante para a escolha dessa população, reside no fato de ter reunido ao mesmo tempo e em um só lugar uma quantidade de 22 participantes do núcleo<sup>3</sup>, o que geraria em um curto período uma quantidade suficiente de respondentes para validar a pesquisa.

Segundo Lankshear e Knobel (2008), coletar a quantidade suficiente de dados para validar a pesquisa não é algo tão simples. Desta forma, não basta ir em busca de dados que simplesmente pareçam ser relevantes. Eles devem ser consistentes com o tipo de posição conceitual e teórica que adotamos para o estudo, neste caso específico, a pesquisa-ação.

### 5.3 SELEÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

O local selecionado para realização da coleta de dados foi uma das escolas do município de Quixeramobim, em virtude tanto da organização da equipe gestora e executora, quanto da possibilidade de utilização do laboratório de informática para resolução do questionário.

Inicialmente, para ter acesso aos estudantes, foi mantido contato pessoalmente com os educadores do núcleo e, sobretudo, com a educadora

---

<sup>3</sup> De acordo com o Manual do Educador – Orientações Gerais (MEOG, p. 65), núcleo constitui a unidade de organização pedagógica básica do Projovem Urbano, e nele se realiza a maior parte das atividades de ensino e aprendizagem. Os núcleos funcionam nas escolas das redes públicas selecionadas pelos entes parceiros (Distrito Federal, estados e municípios).

de qualificação profissional, Fabiana Cordeiro de Oliveira, onde foi explicitado o teor da pesquisa e discutida e acertada a data para realização da oficina.

O núcleo conta com uma freqüência diária de 70(setenta) alunos, no entanto no dia escolhido para aplicação da pesquisa apenas 22 alunos estiveram na escola, respondendo os questionários. Todos os alunos do Projovem Urbano, sendo 18 da entrada vigente no período de 2013 – 2015 e 04 alunos já dispunham de conhecimentos prévios, por terem participado do Projovem Urbano entrada 2012 – 2013 no mesmo município.

Quadro 6: Imagem dos estudantes na oficina de aplicação do questionário



Quadro 7: Imagem dos estudantes na oficina de aplicação dos questionário



## 5.4 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

### 5.4.1 Quanto aos procedimentos técnicos

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, a pesquisa foi bibliográfica e de campo, focada em uma escola escolhida de acordo com os objetivos propostos para este estudo.

Bibliográfica, pois, segundo Gil (2001), foi realizada a partir de material teórico já existente em livros, revistas, folhetos, sites da Internet, artigos científicos, livros, configurando-se como uma pesquisa de dados secundários, ou seja, material já publicado anteriormente, principalmente sobre a juventude atual e suas relações sociais e educacionais, aonde estão inseridos, o que fazem e com quem interagem na comunidade, bem como os desafios que as juventudes têm de enfrentar neste mundo de competitividade e complexidade. Exemplificando este tipo de pesquisa tem-se que:



[...] não deve ser confundida, como acontece frequentemente com a pesquisa de documentos. O levantamento bibliográfico é mais amplo do que a pesquisa documental, embora possa ser realizado simultaneamente com a pesquisa de campo e de laboratório. A pesquisa bibliográfica tem por finalidade conhecer as diferentes formas de contribuição científica que se realizaram sobre determinado assunto ou fenômeno. Normalmente, o levantamento bibliográfico é realizado em bibliotecas públicas, faculdades, universidades e, especialmente, naqueles acervos que fazem parte do catálogo coletivo e das bibliotecas virtuais (OLIVEIRA, 1999, p. 119).

É pesquisa de campo, pois foram feitas visitas ao local pesquisado, a fim de coletar a opinião dos estudantes sobre o tema em questão.

Sobre esse tipo de pesquisa, Oliveira (1999, p. 124) assegura que a mesma “não permite o isolamento e o controle das variáveis, supostamente relevantes, mas possibilita o estabelecimento de relações constantes entre determinadas condições e determinados eventos”.

#### **5.4.2 Quanto aos seus objetivos**

Do ponto de vista dos objetivos, esta pesquisa foi descritiva e exploratória.

Descritiva, pois apresentou as principais características e abordagens sobre as estratégias que podem ser utilizadas para a consolidação do processo de ensino e aprendizagem, e a ação efetiva dos estudantes na sociedade. Sobre a pesquisa descritiva, Gil (2001, p. 67) diz que “as pesquisas descritivas exprimem em seu nome o objetivo em questão. Trata-se de uma investigação com a finalidade de exaurir as características do objeto proposto”.

Trata-se de uma pesquisa exploratória, pois

“envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão. Assumem, em geral, as formas de pesquisas bibliográficas os estudos de caso” (OLIVEIRA, 1999, p. 131).

Prosseguindo nesta mesma linha de raciocínio Gil (2001, p. 68) complementa esta análise dizendo que são “aquelas, cujo objetivos se encontram em conhecer melhor o objeto a ser investigado”. Segundo o autor,

pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de instituições. Assim, possibilitou maior familiaridade com o tema, tornando-o mais explícito, bem como construindo hipótese a serem confirmadas.

### **5.4.3. Quanto à abordagem do problema**

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa foi qualitativa e quantitativa.

A pesquisa qualitativa parte do princípio da existência de uma relação entre as variáveis e o próprio sujeito do estudo, criando um vínculo entre eles. Assim, este tipo de pesquisa foi utilizado neste trabalho por permitir a interpretação dos dados com a atribuição de significados mais abrangentes, onde o pesquisador comporta-se como intérprete da realidade, visto que existe a possibilidade de variação tanto das características quanto do comportamento do objeto de estudo. Sobre esse tipo de pesquisa, tem-se que:

Possui a facilidade de poder descrever a complexidade de uma determinada hipótese ou problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais, apresentar contribuições no processo de mudança, criação ou formação de opiniões de determinado grupo e permitir, em maior grau de profundidade, a interpretação das particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos (OLIVEIRA, 1999, p.117).

Neste estudo, a utilização de métodos quantitativos abrange tudo que pode ser quantificável, ou seja, foram analisados dados coletados com a aplicação do questionário por meio de gráficos expondo a opinião dos alunos presentes da escola selecionada para o estudo sobre as atividades desenvolvidas na qualificação profissional através do arco ocupacional.

## 5.5 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Nesta pesquisa foram usados, basicamente, dois instrumentos de coleta de dados. O primeiro deles foi à observação direta e assistemática, com o pesquisador comportando-se como intérprete da situação, mas sem interferir no ambiente do estudo, nem em seus processos ou estrutura. Adicionalmente, aplicou-se um questionário para os alunos com estrutura focada na problemática inicialmente levantada e nos objetivos propostos, a fim de se chegar a conclusões objetivas sobre o tema em questão.

A pesquisa teve como segundo instrumento de pesquisa um Questionário aplicado aos alunos. De acordo com Severino, o questionário é um:

conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se designam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisadores, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo. As questões devem ser pertinentes ao objeto e claramente formuladas, de modo a serem bem comprometidas pelos sujeitos. As questões devem ser objetivas, evitando provocar dúvidas, ambiguidades (...). (SEVERINO, 2007, pág.125).

## 6 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES

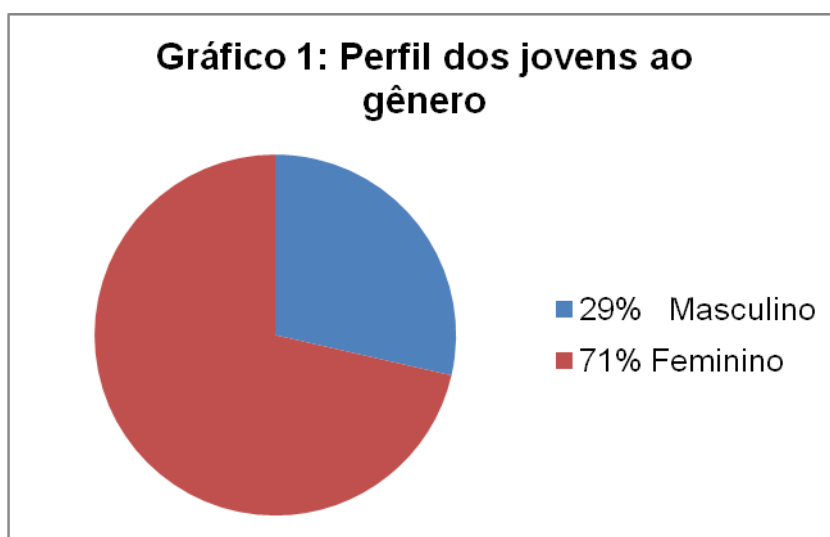
Neste capítulo, são discutidos e analisados os resultados verificados por meio da realização da oficina e aplicação do formulário de investigação. Os dados foram coletados a partir da aplicação e resolução de um questionário eletrônico personalizado.

A realização das análises será feita por cada questão, apresentando, na forma de tabela, as escolhas dos respondentes que participaram da atividade. A partir dos dados da tabela, serão gerados gráficos que tratam da distribuição dos quantitativos e percentuais dos envolvidos no processo de pesquisa.

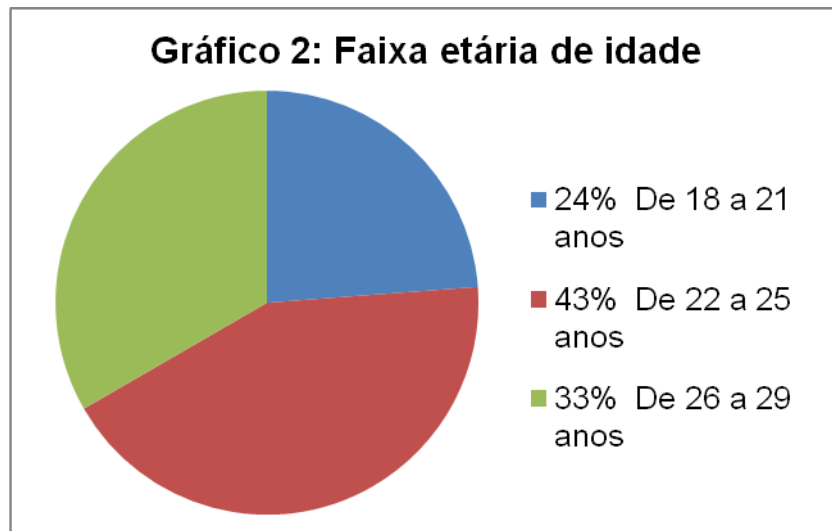
Os dados apresentados a seguir resultam de uma pesquisa quantitativa realizada com o universo dos alunos que freqüentam as aulas

do Projovem Urbano em Quixeramobim. Foram envolvidos 22 alunos do curso do arco ocupacional de administração no âmbito da dimensão de qualificação profissional que contempla o currículo integrado do Projovem Urbano.

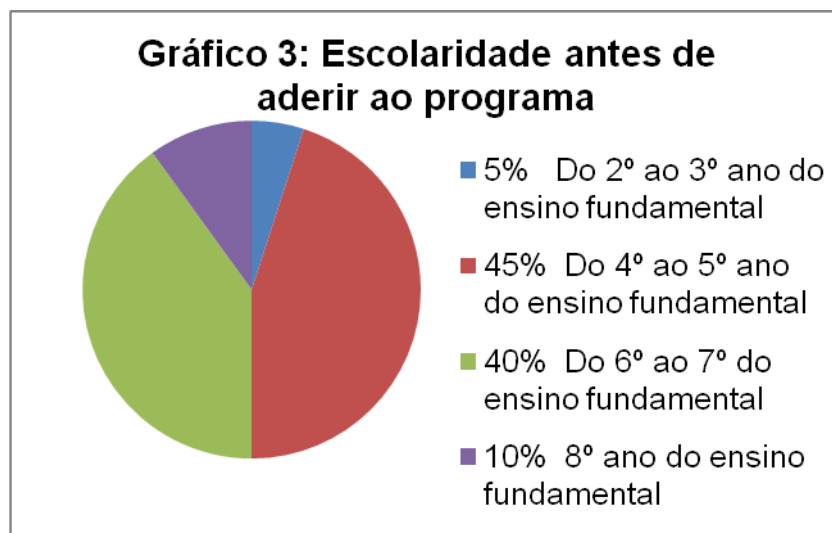
Com relação ao perfil dos alunos, a maioria dos 22 jovens entrevistados era constituída por mulheres (71%). Com relação à faixa etária, predominam os jovens de 22 a 25 anos (43%), somados aos jovens de 18 a 21 anos (24%), totaliza 67% considerados “jovens jovens”, enquanto na faixa etária 26 a 29 anos, denominados de “jovens adultos”, segundo padrão internacional de conceituação de juventude estão 33% dos alunos. As informações de perfil gênero e faixa etária de idade podem ser conferidas nos gráficos abaixo.



Por meio destes gráficos buscou-se identificar o perfil dos jovens envolvidos, quanto a idade e gênero, percebendo que o público feminino é de uma maioria expressiva.



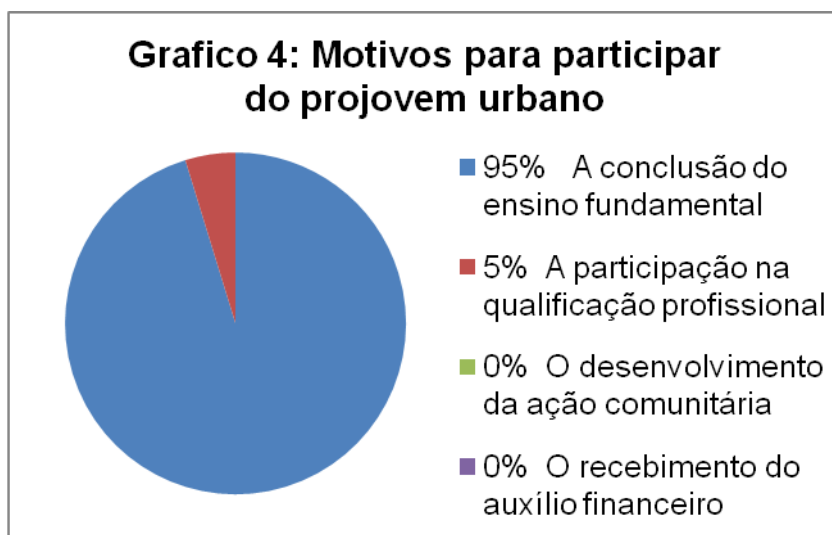
Observa-se, primeiramente que a situação educacional dos jovens no processo de escolarização antes de aderir ao Projovem Urbano está num estágio de equilíbrio, tendo deixado a escola do 2º ao 5º ano, 50% dos jovens e do 6º, 7º e até o 8º incompleto, os outros 50%, sendo distribuídos no gráfico a seguir.



Os resultados apresentados acima possibilitam afirmar que os jovens pesquisados estavam na idade certa e deixaram a escola na série em que estariam adequados aos critérios de ingressar no programa. Chega-se a conclusão de que esses jovens quando inquiridos sobre quais foram os motivos que levaram a participar do Projovem Urbano, o aspecto mais relevante apontado por ambos os sexos foi à oportunidade de concluir o ensino fundamental, totalizando 95% das respostas.

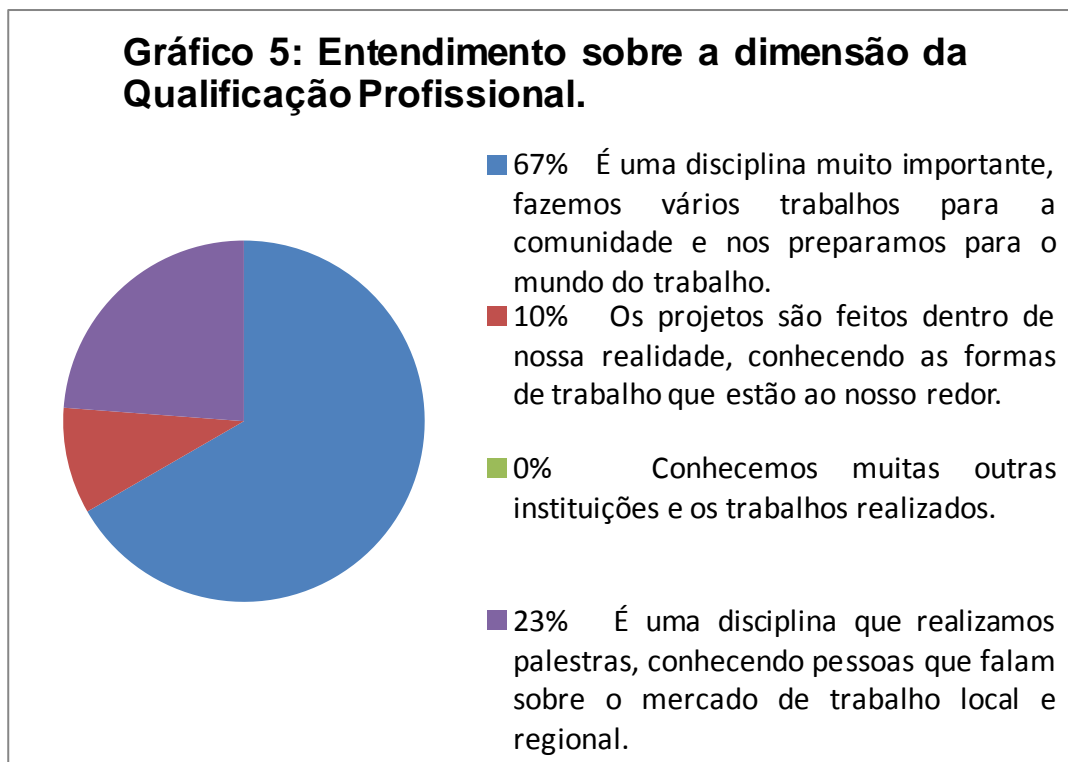
Este resultado se relaciona diretamente a conscientização por parte dos jovens entrevistados de que eles precisam garantir uma escolaridade que os proporcione a compreender como se comporta e organiza o mundo do trabalho e os possibilite adentrar os espaços de trabalho e emprego, considerando as condições de disputar e atuar num trabalho decente e se impulsionar noutros níveis de ensino e aprendizagem.

Observa-se que a segunda motivação dos jovens é a possibilidade de uma qualificação profissional (5%), que mesmo o resultado sendo inexpressível, é considerada algo essencial na vida dos jovens participantes do Projovem Urbano.



Partindo para a análise a respeito dos aspectos relacionados à vivência com as aulas, atividades do Projovem Urbano e o que o aluno entende acerca da dimensão de qualificação profissional, observa-se, que 67% do público, reconhece a importância da disciplina pela realização de vários trabalhos envolvendo a comunidade e ao mesmo tempo preparando-os para o mundo do trabalho, enquanto que 23% afirmam ser uma disciplina onde realizam-se palestras e conhecem-se pessoas que falam sobre o mercado trabalho local e global. Ainda sobre a mesma apreciação 10% do público entrevistado afirma que os projetos de Qualificação Profissional são construídos a partir da realidade vivenciada, projetando-os ao conhecimento

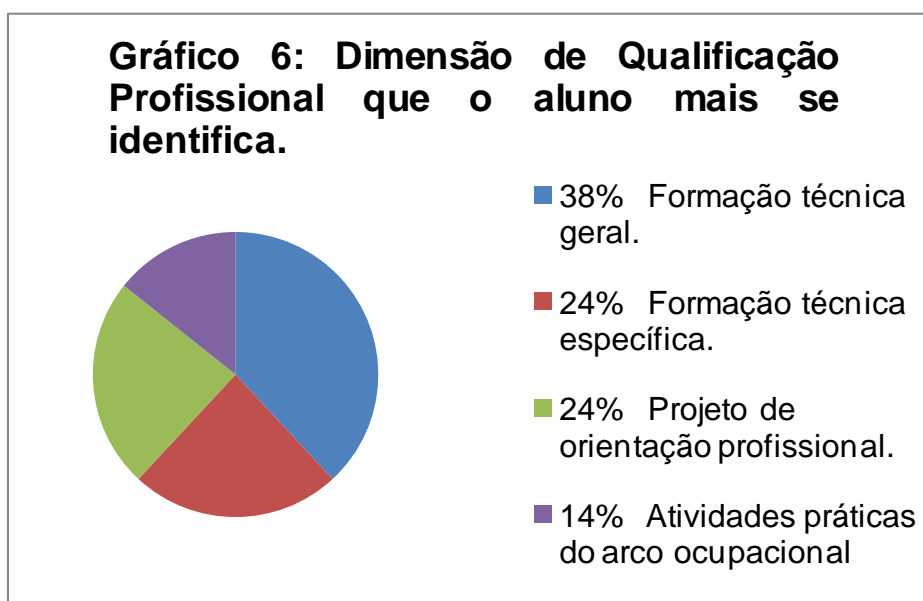
das variadas formas de trabalho que se apresentam ao seu redor, enquanto ao fato de conhecer muitas outras instituições e os trabalhos realizados 0%, conforme o gráfico abaixo informa.



A partir destes dados, observa-se que os respondentes da primeira questão, que é grande maioria, percebem a importância de se inserir na comunidade e se integrar nas diversas ações que direcionam para o trabalho social, sobretudo para aquela ação que lhe trás conhecimento e experiência para compreender e ingressar no mundo do trabalho. Outro aspecto visualizado no gráfico trata-se de nenhum participante escolher conhecer outras instituições, o que mostra que mesmo inserido e ativo no programa, eles tem um receio de se entrosar visitar outros espaços além do chão da escola.

No Projovem Urbano, dentro da Qualificação Profissional há uma gama de conhecimentos que são disponibilizados aos alunos e que trás a tona uma discussão em amplitude a respeito do processo de aprendizagem a partir dos conteúdos da Formação Técnica Geral, Formação Técnica

Específica e do Projeto de Orientação Profissional. Partindo desta análise a respeito dos diversos conhecimentos que envolvem a Qualificação Profissional e o que desperta maior interesse aos alunos, 38% do público afirma interessar-se pela Formação Técnica Geral, enquanto que em dualidade, 24% inclinam-se para Formação Técnica Específica e o Projeto de Orientação Profissional. No que consiste às atividades práticas do Arco Ocupacional, 14% responderam como fator de maior significância dentro desta dimensão, conforme mostra o gráfico abaixo.



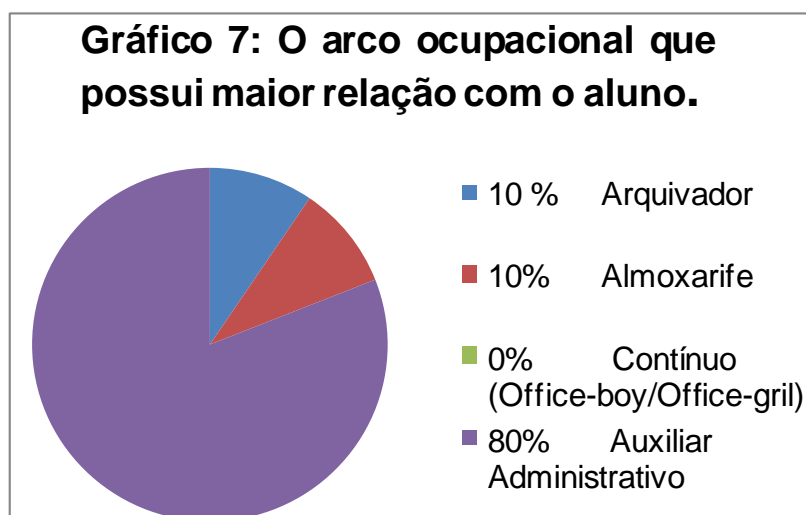
O gráfico 6 percebe-se que existe uma distribuição equivalente para os quatro itens, embora que a formação técnica geral leve o predomínio. Essa configuração faz com que nenhuma das características da formações prevaleça sobre a outra, colocando todas elas como elementos essenciais para os alunos se identificarem.

A qualificação de todo trabalhador é algo que pode certamente gerar vários ciclos virtuosos de desenvolvimento, que por sua vez determina um elemento indutor e categórico para se aferir uma maior oportunidade na disputa por uma vaga de trabalho, sobretudo quando se trata de um contexto mundializado e massificado por uma cultura que sofre medonhas mudanças no dia-a-dia. Dentro dessa prática a Formação Técnica Específica insere o aluno dentro de um ambiente onde há um contato explícito com o arco



ocupacional de administração que se dissolve em quatro importantíssimas ocupações trabalhadas periodicamente.

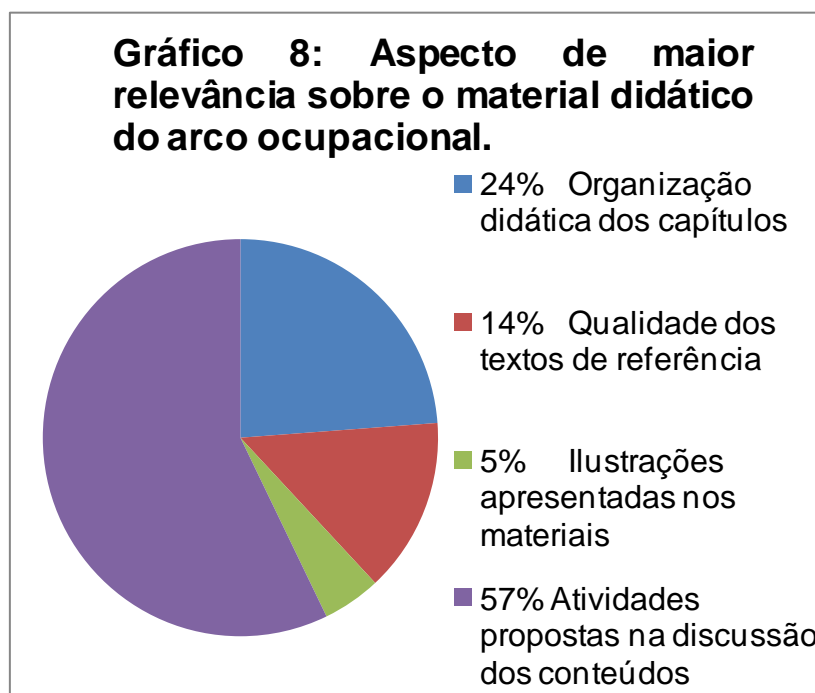
Após pesquisa realizada a respeito das quatro ocupações do arco ocupacional e sua maior relação com as expectativas dos alunos, observa-se que, 80% do público identifica-se com a ocupação de Auxiliar Administrativo, em seguida houve um empate de 10% para as ocupações de Arquivador e 10% de Almojarife. Para Contínuo (office boy / office girl), não houve nenhuma intenção com relação à esta ocupação, conforme mostra o gráfico abaixo.



Com base nas respostas do gráfico 7, destaca-se no aspecto da valoração, uma presença significativa no quarto item (Auxiliar Administrativo). Esta concentração foi um dos determinantes para perceber que a escolha prevaleceu para aquela área que os alunos já tiveram certo conhecimento e envolvimento, o que deixa de lado outras questões menos conhecidas.

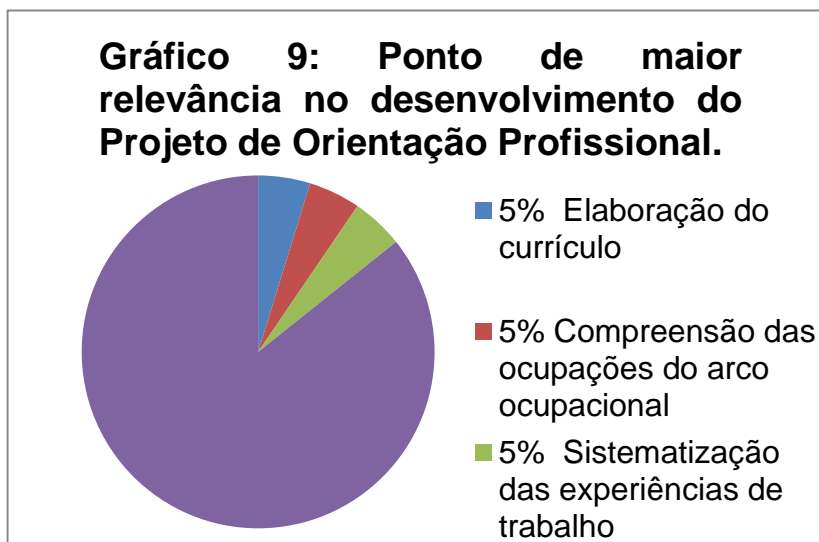
Persistindo no público pesquisado é de grande importância ser identificado à opinião dos cursistas a respeito da qualidade do conteúdo do material didático elaborado para o arco ocupacional. Neste contexto os índices afirmam que 24% dos entrevistados, gostaram da organização didática dos conteúdos e da interdisciplinaridade existente entre os conteúdos da dimensão curricular de qualificação profissional que envolve

formação técnica geral, formação técnica específica e projeto de orientação profissional. Na sequência, 14% afirmam ser relevante à qualidade dos textos trabalhados em sala de aula, fonte de conhecimento que agregam total importância para a qualidade do conhecimento transferido e/ou construído em sala de aula. Com relação às ilustrações apresentadas no material, 5% identificam como relevante a didática aplicada para contribuir com o aprendizado, desta forma 57 % dos pesquisados avaliam como positiva as atividades propostas no material didático após as discussões dos conteúdos, visando uma melhor fixação e aprendizado das técnicas trabalhadas e da junção das atividades teóricas versus as atividades práticas, conforme enfatiza o gráfico abaixo.



Ao realizar a análise da abordagem de maior importância do Projeto de Orientação Profissional o resultado da pesquisa aponta que 5% dos entrevistados avaliam ser de maior importância a elaboração do currículo, enquanto 5% afirmam ser a compreensão das ocupações do arco ocupacional, outros 5% ponderam a relevância da sistematização das experiências de trabalho, por fim, 85% dos entrevistados avaliam ser de suma importância o conhecimento do mercado de trabalho, em especial o

conhecimento da realidade do município, onde é analisado as peculiaridades do local, focando as suas principais potencialidades e as limitações existentes no município concernente à cadeia produtiva e a utilização da mão de obra qualificada existente na localidade.

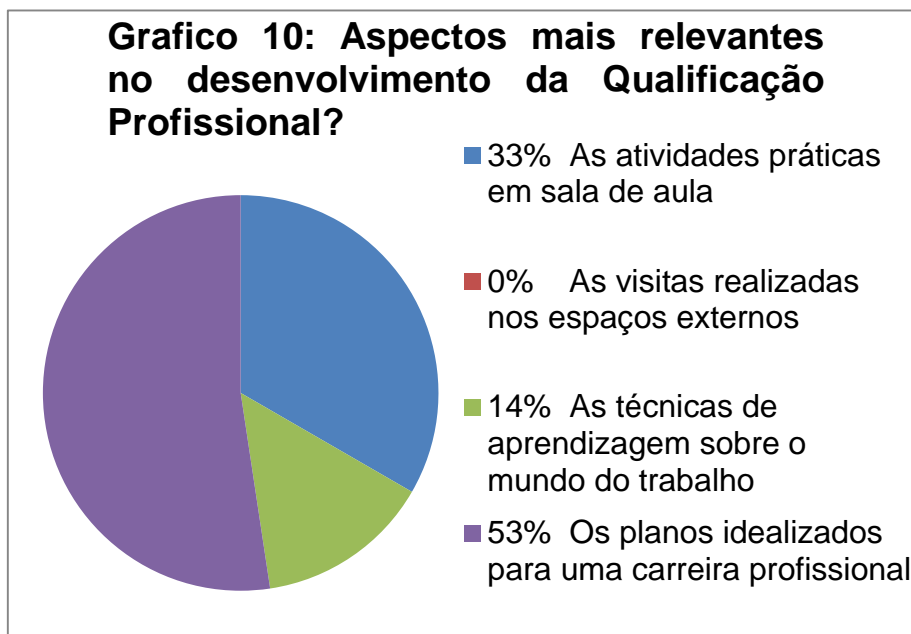


Analisando o ponto de maior relevância no tocante a qualificação profissional, englobando FTG, FTE e o Projeto de Orientação Profissional (POP). Dentre os educandos que participaram da pesquisa 33% entenderam ser maior relevância as atividades que foram praticadas em sala de aula, 0% dentre as atividades realizadas nos espaços externos ou fora do ambiente escolar, na sequência 14% compreendem ser as técnicas de aprendizagem sobre o mercado de trabalho e 53% dos entrevistados pontuam como de maior relevância os planos idealizados para uma carreira profissional.

O gráfico mostra que há uma concentração, cerca de 53%, em relação as demais valorações. Significa que os estudantes estão com a perspectiva de seguir a carreira profissional, sendo que para isso, os mesmos planejam através do POP e utilizam como instrumento norteador do passo a passo, rumo mercado de trabalho.

A qualificação profissional passa a instrumentalizar a vida social e profissional dos jovens quando surge a necessidade de obter a independência sócio-econômica. No entanto esta é o ponto de expectativa

de toda a juventude no sentido de atender a real demanda do mundo do trabalho. Tem-se no Projovem Urbano esta vontade de cursar, apreender e implementar na vida em sociedade.



Finalizando as análises dos gráficos e as questões escolhidas dos respondentes, percebe-se que os participantes da pesquisa têm muitos planos e ansiedades para o futuro profissional, com a certeza de que durante os 18 meses de participação efetiva no programa, conseguiram internalizar o conjunto de conhecimentos e experiências, e desenvolver habilidades fundamentais para atuar no mundo do trabalho. Ao término, todos estão com uma formação inicial em áreas específicas e aptidão para exercer com propriedade as funções atribuídas e direcionadas pelo aprendizado no Projovem Urbano Ceará.

## 7 CONCLUSÃO

A abordagem do Projovem Urbano no Ceará, sob a análise das políticas sociais de inclusão na área da juventude e da educação, forneceu uma visão reflexiva das dimensões da formação básica, da participação cidadã e, sobretudo, da qualificação profissional.

O Projovem Urbano é uma política pública que oportunizou a reinserção das juventudes em situação de risco e vulnerabilidade social no processo de escolarização, qualificação para o mundo do trabalho e participação nos diversos segmentos da sociedade.

A análise das questões disponibilizadas permitiram compreender o processo de implementação do programa a nível nacional, assim como a operacionalização no estado do Ceará, que enfatiza a dinâmica compartilhada da gestão e a estrutura que garante a efetiva execução das ações e políticas de inclusão.

O estudo evidencia como desenvolve pedagogicamente o programa, detalhando a formação do currículo, que é, integrado e interdisciplinar, cujo objetivo é possibilitar aos jovens uma compreensão ampla dos processos didáticos e da realidade local. O estudo ateu-se também no percurso formativo dos educadores, atribuindo-lhes a base pedagógica para a condução dos caminhos do ensino e da aprendizagem.

No entanto, o foco do trabalho, aportou-se na construção da cidadania através da orientação dos educadores de qualificação profissional e da participação efetiva dos alunos em desenvolver o Projeto de Orientação Profissional, com intuito de permitir que ao final do curso, os educandos tenham um conjunto sistematizado de informações atuais e prospectivas sobre a trajetória escolar e profissional, bem como estruturar um plano de continuidade de estudos e de formação profissional.

## BIBLIOGRAFIA

AZEREDO, Janete M. Lins. *A educação como política pública*. Campinas: Autores Associados, 1997.

BRASIL. Constituição. *Constituição*: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Plano Nacional de Educação – Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.396 de 20 de dezembro de 1996.

BRAVO, L. *Trabalho com a comunidade*. Rio de Janeiro: Distrilivros, 1983.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. *Projeto Pedagógico Integrado – Projovem Urbano*. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.projovem.gov.br>

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. A escola como projeto sócio-cultural e os projetos de trabalho na escola. In: *Boletim Vida e natureza ambiente e cultura. MEC/TV Escola*, abril, 2004. Texto subsídio para o Programa Salto para o Futuro, TV Escola, exibido de 26 a 30 de abril de 2004. Disponível em HTU<http://WWW.reasul.org.br>UTH. Acesso em 30 de jun 2008.

CASTRO, J. A. de; AQUINO, L. M. C de; ANDRADE, C. C. de. *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: Ipea, 2009.

CENPEC – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. Disponível em: <[http://cenpec.org.br/modules/xt\\_conteudo/index.php?id=17](http://cenpec.org.br/modules/xt_conteudo/index.php?id=17)

CUNHA, Maria Isabel. A Relação Professor-Aluno In VEIGA, Ilma Passos Alencastro, (Org.). *Repensando a Didática*, 2. Ed. Campinas. SP: Papirus, 1989.

COSTANZI, R. N. *Trabalho decente e juventude no Brasil*. Brasília, DF: Organização Internacional do Trabalho, 2009.

SCHMIDT, Armênio Bello; Sara de Oliveira Silva; Wanessa Zavarese (Coord). *Cidadania, organização social e políticas públicas: caderno pedagógico educandas e educandos*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010.

DAVINI, Maria Crsitina, *Currículo Integrado*. Disponível em [http://www.opas.org.br/rh/publicacoes/textos\\_apoio/pub04U2T8.pdf](http://www.opas.org.br/rh/publicacoes/textos_apoio/pub04U2T8.pdf). Acesso em 25 de maio de 2007.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). *Práticas interdisciplinares na escola*. 8. Ed. São Paulo, Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*, Rio e Janeiro: Paz e Terra, 1979(Col. Educação e Comunicação vol.1)

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *A Educação na cidade*. São Paulo, Cortez, 1991.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*, 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro, Graal, 1986.

GALLO, Sílvio (org.). *Ética e cidadania: Caminhos da Filosofia: elementos para o ensino da filosofia*, Campinas: Papirus, 1997.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese de indicadores sociais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

LINDBLOM, Charles Edward. *O processo de decisão política*. Brasília: UnB, 1981.

LOSICER, E. *Descentralização, redes e subjetividade*. s/d.

SALGADO Maria Umbelina Caiafa(Org.). *Manual do Educador do Projovem*. Unidade Formativa I. Coleção Projovem. Brasília: Presidência da República. Secretaria Geral, 2005a.

SALGADO Maria Umbelina Caiafa (Org.). *Manual do Educador: Orientações Gerais*. Coleção Projovem. Brasília: Presidência da República. Secretaria Geral, 2012.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SOARES, Magda B. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2. Ed. 6. Reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

MANCINI, E. A. *Redes de colaboração solidária: aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação*. Petrópolis: Vozes, 2002.

MATOS, Kelma Socorro Lopes de Matos; SILVA, Paulo Roberto de Sousa Silva. (Org.). *Juventudes e formação de professores: O projovem em Fortaleza*. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

MESQUITA JUNIOR, Geraldo. *Política ao alcance de todos – Curso Completo*, 2004/Geraldo Mesquita Junior – Brasília: Senado Federal, 2005.

MORAIS, Lélia Cristina Silveira de; NASCIMENTO, Ilma Vieira do; MELO, Maria Alice. (Org.). *Projovem: escola, trabalho e cidadania na contramão do discurso instituído?* Curitiba: Champagnat, 2012.

MORAIS, Lélia Cristina Silveira de; NASCIMENTO, Ilma Vieira do; MELO, Maria Alice. A Qualificação Profissional no contexto das políticas para a juventude: em foco o Projovem. In: MACAMBIRA, Junior; ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra (Org.). *Trabalho e Formação Profissional: Juventudes em transição*. Autores; Marcelo Parreira do Amaral... [ et al.]. – Fortaleza: IDT, UECE, BNB, 2013.

NÓVOA, Antônio. Formação de professores. In: \_\_\_\_\_. *Vidas de professores*. Portugal: Porto, 1992, 13-30.

NÓVOA, Antônio. O processo histórico de profissionalização do professorado. In: \_\_\_\_\_. (Org.) *Profissão professor*. 2ªed. Porto: Porto, 1995, p.13-33.

Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

Plano Nacional de Formação para Gestores, Formadores e Educadores. [Organização: Cláudia Veloso Torres Guimarães; Revisão ortográfica: Rafael Paixão Barbosa] – Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano, 2012.

Projeto Pedagógico Integrado do Projovem Urbano. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano, 2008.

TANURI, Leonor M<sup>a</sup>. História da formação de professores. In: Revista Brasileira de Educação: 500 anos de Educação. Editores Associados, nº 14, mai/jun/jul/ago.2000, 61-88.

FÉRES, Maria José Vieira et AL. Textos complementares para formação de gestores. Brasília, DF: Programa Nacional de Inclusão de Jovens, 2009.



## ANEXO

### QUESTIONÁRIO DE PESQUISA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO PROJOVEM URBANO

1. Qual o seu sexo?

A – Masculino

B - Feminino

2. Qual a sua faixa etária de idade?

A - De 18 a 21 anos

B - De 22 a 25 anos

C - De 26 a 29 anos

3. Qual a sua escolaridade antes de aderir ao Projovem Urbano?

A - Do 2º ao 3º ano do ensino fundamental

B - Do 4º ao 5º ano do ensino fundamental

C - Do 6º ao 7º ano do ensino fundamental

D - 8º ano do ensino fundamental

4. O que lhe motivou a participar do Projovem Urbano?

A - A conclusão do ensino fundamental

B - A participação na qualificação profissional

C - O desenvolvimento da ação comunitária

D - O recebimento do auxílio financeiro

**5.** A partir da vivência com as aulas e atividades do Projovem Urbano, o que você entende da dimensão de qualificação profissional?

A - É uma disciplina muito importante, fazemos vários trabalhos para a comunidade e nos preparamos para o mundo do trabalho

B - É uma disciplina muito importante, fazemos vários trabalhos para a comunidade e nos preparamos para o mundo do trabalho

C - Conhecemos muitas outras instituições e os trabalhos realizados

D - É uma disciplina que realizamos palestras, conhecendo pessoas que falam sobre o mercado de trabalho local e global

**6.** A qualificação profissional envolve diversos conhecimentos. Assinale a opção que mais você se identifica?

A - Formação técnica geral

B - Formação técnica específica

C - Projeto de orientação profissional

D - Atividades práticas do arco ocupacional

**7.** Na formação técnica específica, está sendo estudado o arco ocupacional de administração, dividindo-se em quatro ocupações. Citadas abaixo, qual tem maior relação com as suas expectativas?

A - Arquivador

B - Almojarife

C - Contínuo(office boy/office girl)

D - Auxiliar administrativo

**8.** O que você achou do material didático elaborado para o arco ocupacional administração?

A - Organização didática dos capítulos

B - Qualidade do texto de referência

C - Ilustrações apresentadas no material

D - Atividades propostas na discussão dos conteúdos

**9.** Para você qual é a maior importância do Projeto de Orientação Profissional?

A - Na elaboração do currículo

B - Na compreensão das ocupações do arco ocupacional

C - Na sistematização da minha experiência de trabalho

D - No conhecimento do mercado de trabalho

**10.** O que é mais relevante no desenvolvimento da Qualificação Profissional?

A - As atividades práticas em sala de aula

B - As visitas realizadas nos espaços externos

C - As técnicas aprendidas sobre o mundo do trabalho

D - Os planos idealizados para uma carreira profissional.